



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
CÂMPUS ANÁPOLIS

**Projeto Pedagógico do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Secretaria
Escolar, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos**

**Anápolis
2019**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

PLANO DE CURSO

Razão Social	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – IFGOIÁS (Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008)
CNPJ	10.870.883/0001-44
Endereço	Av. Pedro Ludovico, s/n, Residencial Reny Cury, Anápolis, Goiás.
Unidade da Oferta	Câmpus Anápolis
Telefone/Fax	(62)33102825
E-mail de contato	daa.anapolis@ifg.edu.br
Habilitação, qualificações e especializações	
Habilitação	Técnico em Secretaria Escolar
Eixo Tecnológico	Desenvolvimento Educacional e Social
Carga Horária em Disciplinas	2.052 horas
Eixo de Formação Geral	918 horas
Eixo de Formação Profissional	810 horas
Eixo de Formação Integrada	324 horas
Estágio Curricular Supervisionado	108 horas
Atividades Complementares	240 horas
Carga Horária Total do Curso	2.400 horas

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

Jerônimo Rodrigues da Silva

REITOR

Adriana dos Reis Ferreira

DIRETORA EXECUTIVA

Oneida Cristina Gomes Barcelos Irigon

PRÓ-REITORA DE ENSINO

Paulo Francinete Silva Júnior

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Daniel Silva Barbosa

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO

Amaury França Araújo

PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

José Carlos Barros

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Elza Gabriela Godinho Miranda

DIRETORA-GERAL DO CÂMPUS

Maria Tâmara de Moraes Guimarães Silva

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ÁREAS ACADÊMICAS

Lucas Bernardes Borges

**COORDENADOR DO CURSO TÉCNICO INTEGRADO EM SECRETARIA
ESCOLAR NA MODALIDADE EJA**

Equipe de elaboração do projeto:

Cláudia Helena Santos Araujo

Daniel Silva Barbosa

Dayanna Pereira dos Santos

Érika Marinho Witeze

Kamylla Pereira Borges

Lidiane de Lemos Soares Pereira

Lucas Bernardes Borges

Maria Carolina Terra Heberlein

Marcelo Ferreira Milhomens

Valéria Conceição Mouro Costa

Wemerson Martins Medeiros

SUMÁRIO

1. JUSTIFICATIVA	01
2. OBJETIVOS DO CURSO.....	09
2.1 OBJETIVO GERAL	09
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	09
3. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO.....	09
3.1 OFERTA DE VAGAS E FORMAS DE ACESSO.....	09
3.2 REQUISITOS DE ACESSO	10
4. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO	10
4.1 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	10
4.2 CAMPOS DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL.....	1
5. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO.....	11
5.1 MATRIZ CURRICULAR	13
5.2 DETALHAMENTO DA MATRIZ CURRICULAR EM TRÊS EIXOS	15
5.2.1 EIXO DE FORMAÇÃO GERAL	15
5.2.2 EIXO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL	15
5.2.3 EIXO DE FORMAÇÃO INTEGRADA.....	18
5.2.4 CARGA HORÁRIA TOTAL	18
5.3 ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS	18
5.4 PRÁTICA PROFISSIONAL	21
5.5 ATIVIDADES COMPLEMENTARES	21
6. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE EXPERIÊNCIAS ANTERIORES	22
7. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO	23
8. FUNCIONAMENTO.....	23
8.1 HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO CURSO.....	24

8.2 TEMPO DE INTEGRALIZAÇÃO.....	24
8.3 PERIODICIDADE.....	24
9. INFRAESTRUTURA	24
9.1 LABORATÓRIOS	25
9.1.1 LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA	25
9.1.2 LABORATÓRIOS DE QUÍMICA	25
9.1.3 LABORATÓRIO DE FÍSICA	28
9.1.4 LABORATÓRIO DE MICROBIOLOGIA	29
9.2 BIBLIOTECA	29
10. PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO ENVOLVIDO NO CURSO.....	30
11. CERTIFICAÇÃO	33
12. ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA E ÊXITO	34
13. ESTRATÉGIAS DE ACESSIBILIDADE	37
14. AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO.....	41
REFERÊNCIAS	43
ANEXOS	45
ANEXO 1 – COMPONENTES CURRICULARES	45

1. JUSTIFICATIVA

Com a Constituição Federal (1988) a educação, em seu artigo 6º, torna-se um direito social, sendo competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios “proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência” (BRASIL, 1988, p. 13). Assim, como direito social inalienável da pessoa humana, a educação é compreendida como um poderoso instrumento de construção sociocultural. Constitui-se em um ato humano de diversas faces, intensidades e manifestações. Para tanto, incorpora-se no referido documento o princípio de que toda e qualquer educação objetiva o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Nesses termos, com a promulgação da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96, a EJA torna-se uma modalidade da Educação Básica nas fases do Ensino Fundamental e Médio, com princípios norteadores particulares para cada público alvo (HADDAD e DI PIERRO, 2000).

No artigo 37, a referida lei define que a EJA será:

[...] destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. §1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si (BRASIL, 2005 p.19).

Sob esse prisma, o Parecer CNE/CEB nº 11/2000, e a Resolução CNE/CEB 1/2000, instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais para EJA, remetendo a essa modalidade da Educação Básica as funções: reparadora, equalizadora e qualificadora. Adota-se a ideia da inclusão educacional, mediante o atendimento de sujeitos que não tiveram, na idade própria, acesso ou continuidade de estudo. Nesse caso, a EJA é tomada como possibilidade para a participação plena na sociedade, incluindo também formas de qualificação e a requalificação profissional. Portanto, essas funções concebem:

[...] O direito a uma escola de qualidade -, e também o reconhecimento daquela igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano. Essa função **reparadora** da EJA articula-se com o pleito postulado por inúmeras pessoas que não tiveram uma adequada correlação idade/ano escolar em seu itinerário educacional e nem a possibilidade de prosseguimento de estudos. [...]. A **função equalizadora** da EJA vai dar cobertura a trabalhadores e a tantos outros segmentos sociais, como donas de casa, migrantes, aposentados e encarcerados [...] possibilitando aos indivíduos

novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, em espaços da estética e abertura dos canais de participação essa tarefa de propiciar a todos a atualização de conhecimentos por toda a vida é função permanente da EJA, que pode ser chamada de **qualificadora**. Mais do que uma função, ela é o próprio sentido da EJA, que tem como base o caráter incompleto do ser humano, cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode atualizar-se em quadros escolares ou não escolares. Mais do que nunca, é um apelo para a educação permanente e para a criação de uma sociedade educada para o universalismo, a solidariedade, a igualdade e a diversidade (CNE/2001, p. 115, 117 118).

Segundo Ventura (2008), diante dessas circunstâncias novas configurações políticas são traçadas. A questão da EJA compreende um conjunto diversificado de processos e práticas formais e não formais relacionadas à aquisição e a ampliação de conhecimento básico, de competências técnicas e profissionais ou de habilidades socioculturais. Na concepção de educação continuada ao longo da vida é valorada a diversidade sociocultural dos alunos como forma de promover ações educativas significativas

Com efeito, ciente de sua função social o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) em seu Regulamento Acadêmico dos Cursos da Educação Profissional Técnica Integrada ao Ensino Médio, modalidade de educação de jovens e adultos, prevê como princípios norteadores

- I. A formação e a qualificação para o exercício de atividades profissionais e o desenvolvimento de habilidades visando à participação na vida pública e o exercício da cidadania;
- II. O Compromisso social e político de inserção orgânica da modalidade de EJA integrada à educação profissional para atender os sujeitos jovens e adultos;
- III. A perspectiva da educação como direito social, assegurada pela Constituição Federal com inclusão dos sujeitos jovens e adultos em ofertas educacionais pelo IFG;
- IV. O trabalho como princípio educativo, vinculando o curso técnico integrado ao Ensino Médio na modalidade de EJA, com o entendimento de que homens e mulheres produzem sua condição humana pelo trabalho – ação transformadora no mundo, de si, para si e para outrem;
- V. A pesquisa como fundamento da formação do sujeito da educação de jovens e adultos, como modo de construir conhecimentos e fazer avançar a compreensão da realidade, além de contribuir para a construção da autonomia intelectual desses sujeitos;
- VI. A categoria trabalhador, caracterizada também por outros marcadores, tais como as condições geracionais, de gênero, de relações étnico-raciais e as diversidades como fundantes da formação humana e dos modos como se produzem as identidades sociais. Esses marcadores devem ser considerados pelo fato de

constituírem identidades e estarem vinculados ao modo de ser e estar dos sujeitos jovens e adultos. (IFG, 2017).

Isso implica considerar a educação como direito, deve incorporar a efetividade da dignidade humana como seu principal fundamento, e também entender que a prática pedagógica na EJA deve ultrapassar a pedagogia bancária, na qual o aluno é compreendido como ser passivo, receptor e reproduzidor, enquanto o professor comparece como aquele que apenas dedica-se a transferência do conhecimento. Na concepção de Freire (1996), educação e escola como espaço de proteção social, fazem parte da construção de uma concepção, mesmo que não hegemônica, de que as instituições educacionais podem e devem se arquitetar como espaço multiplicador da justiça social e da democracia.

Tendo isso em vista o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Secretaria Escolar, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, no Campus Anápolis, compreende a pesquisa como princípio educativo, sendo ela um instrumento que oferece condições para o desenvolvimento de uma consciência crítica, sendo um componente fundamental de toda proposta emancipatória. Engendra, portanto, uma formação que permite ao sujeito encarar a realidade de forma crítica, apropriando-se de meios para uma construção social igualitária e atuação de forma consciente em relação às estruturas dominantes que, historicamente, colocam os dominados na condição de mero objeto na manutenção dos interesses dos grupos dominantes. Essa compreensão parte do entendimento de Demo (2006) sobre a pesquisa como

[...] princípio científico e educativo que faz parte de todo processo emancipatório, no qual se constrói o sujeito histórico autossuficiente, crítico e autocrítico, participante e capaz de reagir contra a situação de objeto e de não cultivar o outro como objeto. Pesquisa como diálogo é processo cotidiano integrante do ritmo de vida, produto e motivo de interesses sociais em confronto, base da aprendizagem que não se restrinja a mera reprodução. Na acepção mais simples, pode significar conhecer, saber, informar-se para sobreviver, para enfrentar a vida de modo consciente” (DEMO, 2006, p. 42-43).

Sob essa perspectiva, o presente PPC considera indissociável a relação entre trabalho, ciência e cultura, logo busca garantir um ensino que pressupõe integração contínua de novos conhecimentos e experiências, entre o saber e o fazer. Com efeito, pressupõe que a categoria trabalhador, é também caracterizada pelas condições geracionais, de gênero, de relações étnico-raciais e as diversidades como fundantes da formação humana e dos modos como se produzem as identidades sociais (IFG, 2017). Na educação de jovens e adultos esses

marcadores relacionam-se ao “modo de ser e estar dos sujeitos jovens e adultos”. Isso sugere a necessidade da construção de um olhar diferenciado para os alunos da EJA via valorização de seus conhecimentos, interesses e necessidades de aprendizagem. Para tanto, demanda a formulação de propostas personalizadas e coerentes com as diferentes realidades dos sujeitos da EJA incluído temáticas associadas à cidadania, ao trabalho, à diversidade e ao exercício da autonomia no âmbito da sociedade contemporânea.

Nesse sentido, o ideário político-pedagógico que sustenta esse PPC fundamenta-se na busca pela integração das dimensões fundamentais da vida – o trabalho, a ciência e a cultura – que estruturam a prática social, isto é, o desenvolvimento de um projeto educacional dialógico centrado na qualificação, nos processos educativos democráticos e emancipatórios capazes de favorecer a inclusão social emancipatória, contribuindo para a efetivação de uma sociedade igualitária. Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFG, aos princípios ético-políticos que balizam a instituição

[...] estão estruturados a partir da defesa da democratização da sociedade, da dignidade humana, dos direitos humanos, da diversidade, da inclusão, do desenvolvimento sustentável e da justiça social, a fim de contribuir na construção de uma sociedade justa e menos desigual (PDI, 2019, p.13).

Para tanto, faz-se necessário reconhecer que as transformações técnico-científicas dos últimos anos têm ocasionado uma ampla modificação na produção, serviços e relações sociais. Nesse contexto, existe uma forte ênfase na educação e na escola como centrais para responder as demandas de formação da sociedade contemporânea, trazendo novas exigências para as instituições responsáveis pela formação técnico profissional.

Nesse cenário, o debate em torno da necessidade da busca pela qualidade da educação ganha cada vez mais importância. O movimento dos trabalhadores em educação e, atualmente, o Ministério da Educação, por meio do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), propuseram a formação dos trabalhadores não-docentes como um dos mecanismos de melhoria da qualidade do ensino e a realização da meta de democratização da educação básica, tendo em vista uma participação mais efetiva e consciente no processo educativo da escola.

Tal preocupação é resultado de uma luta histórica dos funcionários das escolas para sair da condição de invisibilidade, permitindo a busca por condições necessárias para serem reconhecidos como profissionais da educação. Em 2004, o MEC lançou o documento “Por

uma política de valorização dos trabalhadores em educação – em cena, os funcionários de escola” (Brasil, 2004) que reconhecia que todos os espaços da escola, além do espaço da sala de aula, são importantes espaços educativos. Complementando a importante atuação do professor em sala de aula, ocorrem significativos processos de comunicação interativa e de vivência coletiva, que colocam em cena os trabalhadores em educação não-docentes que estão atuando nas unidades de ensino (BRASIL, 2004).

Segundo o Ministério da Educação, “nas quase duzentas mil escolas das redes estaduais e municipais de educação básica, um contingente de, aproximadamente, um milhão de funcionários se distribuem em funções denominadas de apoio ao projeto pedagógico e ao processo de ensino-aprendizagem” (BRASIL, 2004). Esse reconhecimento tem relação direta e fundamental em uma concepção de educador que ultrapasse os limites da sala de aula e supere o preconceito histórico e que vê os funcionários não-docentes apenas como trabalhadores braçais, tarefeiros, alienados das ações pedagógicas. Para isso, “os funcionários, conscientes de seu papel de educadores, precisam construir a sua nova identidade profissional, isto é, ser profissionalizados, recebendo formação inicial e continuada tanto quanto os professores” (BRASIL, 2004).

Hoje, de acordo com a Lei 12014/2009, o termo profissional da educação não designa apenas professor, mas também funcionários de apoio e técnico-administrativos portadores de diplomas de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim, que atuam nas instituições e sistemas de ensino. A Lei reconhece também a necessidade de uma formação específica para os trabalhadores não docentes da educação, pois todos os funcionários das escolas são entendidos como educadores. Educadores, não de conteúdos curriculares, mas de ética, cidadania e conhecimentos extracurriculares, pois é no ambiente escolar que o educando tem o primeiro contato com a cidadania.

No ano de 2016, o Parecer CNE/CES nº 264, que resultou na Resolução CNE/CES nº 2, de 2016, do Conselho Nacional de Educação, que estabeleceu as Diretrizes Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Funcionários da Educação Básica e definiu a dinâmica formativa, passou a requerer das instituições formadoras projeto institucional de formação que se articule ao Projeto de Desenvolvimento Institucional e Projeto Pedagógico Institucional, materializando-se em projetos pedagógicos de cursos, mais orgânicos e articulados à educação básica, expressando, sua identidade institucional (DOURADO, 2016).

A Resolução CNE/CES nº 2/2016 se consolidou por meio do Decreto 8752, de 9 de maio de 2016, que estabelece a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. De acordo com Dourado (2016) essa Política possui objetivos coerentes e sensatos

na busca por uma formação de qualidade para os profissionais da educação básica. Dentre estes, gostaríamos de citar dois que estão intimamente relacionados a este projeto:

II. induzir avanços na qualidade da educação básica e ampliar as oportunidades de formação dos profissionais para o atendimento das políticas deste nível educacional em todas as suas etapas e modalidades, e garantir a apropriação progressiva

da cultura, dos valores e do conhecimento, com a aprendizagem adequada à etapa ou à modalidade cursada pelos estudantes;

III. identificar, com base em planejamento estratégico nacional, e suprir, em regime de colaboração, a necessidade das redes e dos sistemas de ensino por formação inicial e continuada dos profissionais da educação básica, de forma a assegurar a oferta em quantidade e nas localidades necessárias;

Com base nessa política e na posição dos movimentos sociais no Brasil em prol da valorização da educação nacional e de uma formação humana integral e crítica dessa realidade, o curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Secretaria Escolar ofertado no Campus Anápolis do Instituto Federal de Goiás tem por objetivo consolidar a luta histórica dos trabalhadores em educação, garantindo a oferta de um curso de qualidade social, e está em consonância com as metas 10 e 11 do Plano Nacional de Educação, (PNE 2014-2024), que estão relacionadas ao aumento das matrículas de educação de jovens e adultos no ensino médio na forma integrada à educação profissional na educação pública. Além do que, de acordo com o PNE (2014 -2024) a formação e a valorização dos trabalhadores da educação são fundamentais para o processo de profissionalização dos educadores, processo esse indispensável para a melhoria da qualidade educacional brasileira.

Assim sendo, em uma visão de escola e educação transformadoras, voltadas para a emancipação humana, o curso se justifica pela necessidade de fornecer uma formação para profissionais da educação que os veja não como meros auxiliares, mas como sujeitos autônomos comprometidos com a construção de uma educação de qualidade.

Nesse sentido, o curso de nível técnico integrado em Secretaria Escolar tem por objetivo abordar em sua formação os fundamentos da educação e das políticas educacionais, tendo como referência o domínio dos conhecimentos necessários para qualquer atividade profissional e a possibilidade de discussão e participação no processo de elaboração e execução do projeto político-pedagógico de cada escola.

O Câmpus Anápolis do Instituto Federal de Goiás decidiu, a partir de 2013, implantar o curso técnico integrado em Secretaria Escolar, com base no disposto no decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, que modificou o decreto nº 5.478, de 2005, ampliando a abrangência

do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

Na época o referido decreto determinou que o PROEJA abrangesse tanto a formação inicial e continuada de trabalhadores quanto à educação profissional técnica de nível médio. Tratava-se de um programa com ofertas educacionais voltadas para a Educação de Jovens e Adultos que contemplava a elevação da escolaridade com profissionalização, contribuindo para a integração sociolaboral dos cidadãos cerceados do direito de concluir a educação básica na idade regular e de ter acesso a uma formação profissional de qualidade.

Atualmente os cursos técnicos na modalidade EJA no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica fundamentam-se nos princípios da universalização da educação básica, da educação como direito social, assegurada pela Constituição Federal, onde a educação de jovens e adultos é reconhecida como modalidade da educação básica, na escolarização adequada para a variedade de idades e para realidade do adulto, na formação para o trabalho formal e no enriquecimento das referências culturais, sociais, históricas e laborais dos estudantes. No IFG esse direito se configura, então, enquanto elemento fundamental para a cidadania, cuja finalidade é

Proporcionar a formação de cidadãos autônomos, com elevado padrão técnico, científico e profissional, capazes de compreender a realidade social, econômica, política, cultural e do mundo do trabalho, para nela inserir-se e atuar de forma ética e competente, técnica e politicamente, visando à transformação da sociedade em função dos interesses sociais e coletivos, especialmente os da classe trabalhadora (IFG, 2017)

Ademais, os cursos técnicos integrados na modalidade EJA têm projetos fundamentados na integração entre trabalho, ciência, técnica, tecnologia, humanismo e cultura geral com a finalidade de contribuir para o enriquecimento científico, cultural, político e profissional. Ora como condições necessárias para o efetivo exercício da cidadania, primam pela superação da divisão entre trabalho manual e intelectual, assumindo a perspectiva criadora do trabalho integrando teoria e prática. Todavia, de modo específico, no município de Anápolis entre os desafios da EJA na Educação Profissional e Tecnológica destaca-se a utilização de metodologias e mecanismos de assistência estudantil que favoreçam o acesso e permanência estudantil nos cursos.

Importa salientar que a cidade de Anápolis com uma população estimada de 375.142 habitantes, apresenta taxa de escolarização de 96,3% na faixa etária que vai dos 6 aos 14 anos

de idade, contando com uma considerável rede de estabelecimentos de ensino em processo de expansão. De acordo com dados divulgados pela Secretaria Estadual de Educação, Cultura e Esporte de Goiás (SEDUCE) e pela Prefeitura de Anápolis, o município conta com 101 escolas municipais (públicas e conveniadas, incluindo os Centros Municipais de Educação Infantil – CMEI) e 51 escolas estaduais (públicas e conveniadas). Além disso, existem aproximadamente 117 instituições privadas envolvidas com a oferta de educação básica, superior e profissionalizante. Trata-se, como se pode observar, de um espaço potencialmente aberto à atuação de docentes especializados em diversas áreas bem como de outros profissionais da educação – categoria na qual podem ser incluídos os secretários escolares formados em cursos técnicos integrados ao ensino médio ou em cursos técnicos subsequentes.

Reitera-se, sobretudo, que além das unidades credenciadas às Secretarias Estaduais e às Subsecretarias Municipais de Educação, os espaços de ensino não formais oferecem possibilidades objetivas à atuação dos técnicos em secretaria escolar, particularmente, no que concerne à execução de atividades de escrituração escolar, organização de arquivos, apoio à gestão acadêmica e atendimento ao público.

Considerando os argumentos supracitados, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), Câmpus Anápolis, propõe-se a oferecer o Curso Técnico Integrado em Secretaria Escolar, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), afirmando que este contribuirá para a elevação da qualidade dos serviços prestados à comunidade, formando profissionais aptos para atuar nas escolas públicas e privadas e/ou em outros espaços de ensino-aprendizagem do município ou localidades próximas.

Em suma, vale destacar que conforme previsto no Regulamento Acadêmico da Educação Profissional Técnica Integrada ao Ensino Médio, modalidade de educação de jovens e adultos (EJA), os cursos ofertados devem garantir o exercício da cidadania, o reconhecimento do trabalho como princípio educativo, a elevação do nível de escolaridade dos trabalhadores, a formação humana integral, entre outros tópicos. Entende-se, pois, que a capacitação do curso Técnico Integrado em Secretaria Escolar tem como horizonte a democratização do acesso à educação (em seus diferentes níveis e modalidades) e a justiça social - questões já discutidas tanto pela Constituição de 1988, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB nº 9.394/96 e pela Resolução CNE/CEB No 1, de 05 de julho de 2000, quanto pela legislação específica no campo da Educação Profissional e Tecnológica.

2. OBJETIVOS DO CURSO

2.1 OBJETIVO GERAL

Formação humana integral na perspectiva da emancipação e da autonomia humana do Técnico em Secretaria Escolar, que atuará nas diversas atividades relacionadas ao planejamento, execução, controle e avaliação de funções de apoio pedagógico e administrativo em escolas públicas e privadas, e demais instituições de ensino, desempenhando funções que, historicamente, apoiam e complementam o desenvolvimento da ação educativa intra e extra escolar.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Formar profissionais de nível técnico na área da Educação com habilitação em Secretaria Escolar, capazes de acompanhar atividades de planejamento, de produção, de distribuição e desenvolvimento de ações de cunho administrativo-pedagógico.
- Contribuir para a capacitação técnica da mão-de-obra da Educação de Anápolis, criando melhores condições de empregabilidade do cidadão.
- Atender ao disposto no decreto nº 5.840, de 2006, ampliando a abrangência do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

3. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO

3.1 OFERTA DE VAGAS E FORMAS DE ACESSO

De acordo com o artigo 19 da Resolução IFG nº 008/2017, o ingresso no curso far-se-á mediante processo de admissão, conforme Edital e/ou Chamada Pública, podendo ocorrer por meio de processo seletivo, transferência e reingresso. A possibilidade de recebimento de alunos por meio de transferência estará sujeita a existência de vagas e obedecerá ao disposto na Organização Didática da instituição.

3.2 REQUISITOS DE ACESSO

- Ter concluído o ensino fundamental e que, preferencialmente, não possuem Ensino Médio;
- Ser aprovado no processo de seleção realizado pelo IFG;
- Ter idade mínima de 18 anos completos;
- Cada processo seletivo será divulgado por intermédio de edital próprio publicado na Imprensa Oficial, bem como em outros veículos informativos, no qual estarão contidos os requisitos para a seleção e o ingresso na instituição.

4. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

O Curso Técnico em Secretaria Escolar tem sua organização curricular e pedagógica orientada para a formação humana emancipatória e autônoma do profissional, com ampla visão da área administrativo-pedagógica que seja capacitado a atuar no planejamento, na organização e circulação de informações e funcionamento da atividade escolar. O secretário escolar deve, ademais, ter uma visão ampla acerca das rotinas escolares e das relações interpessoais estabelecidas em seu contexto de atuação, contribuindo para o bom funcionamento institucional e para a efetivação das finalidades últimas da educação, seja em espaços públicos e/ou privados. Nessa perspectiva, a formação técnica deve estar atrelada à formação cidadã, ou seja, uma formação comprometida com a garantia dos direitos fundamentais dos alunos e com os princípios éticos que regem as sociedades democráticas, tendo como meta o fortalecimento da qualidade e efetividade das instituições de ensino, em todos os seus níveis e modalidades.

4.1 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

As competências profissionais do técnico em Secretaria Escolar são:

- Colaborar com a gestão escolar, atuando na organização de registros escolares.
- Operacionalizar processos de matrícula e transferência de estudantes, de organização de turmas e de registro do histórico escolar dos estudantes.
- Controlar e organizar os arquivos com registros da vida acadêmica, processos de registro de conclusão de cursos e colação de grau.
- Registrar em atas as sessões e atividades acadêmicas específicas.

- Providenciar o envio, ao órgão supervisor competente (Secretarias de Educação) dos documentos de rotina e outros que forem solicitados.

- Atuação ética e cidadã, alinhada com a afirmação da educação como direito social fundamental, garantido legalmente.

Para o exercício de sua atividade, o Técnico em Secretaria Escolar deverá apresentar as seguintes habilidades:

- Compreender as teorias e técnicas administrativas e pedagógicas;
- Entender o conceito, atividades, técnicas e métodos básicos de secretariado escolar;
- Analisar o comportamento humano e as questões referentes a multidimensionalidade da administração pedagógica, sobre o convívio nos ambientes comunitário e organizacional, na perspectiva da cultura cidadã, da condição social, dos hábitos e costumes;

- Compreender e identificar as atividades administrativas e pedagógicas, e dar suporte organizacional aos setores da instituição educacional;

- Entender os processos de planejamento, controle e circulação das informações no interior da instituição educacional, da promoção, da distribuição, do gerenciamento de processos educativos;

- Direcionar os conhecimentos de secretariado escolar na otimização dos recursos humanos e informacionais no campo educacional;

- Aproximar, conquistar e fidelizar recursos humanos da instituição de ensino e a comunidade escolar, bem como promover ações de relacionamento, coesão e integração no âmbito da comunidade escolar;

- Conhecer a responsabilidade social da realidade educacional e imbuir-se das potencialidades interpessoais exigidas como secretário/a escolar;

- Conhecer os processos de racionalização e sistematização de informações em sistemas informatizados;

- Conhecer os processos administrativo-pedagógicos para gerenciá-los em articulação com as orientações elencadas no Regimento Escolar;

- Compreender a atual legislação trabalhista e educacional na gestão de projetos.

4.2 CAMPOS DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL

Conforme orientação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, o Técnico em Secretaria Escolar colabora com a gestão escolar atuando na organização de registros

escolares. Operacionaliza processos de matrícula e transferência de estudantes, de organização de turmas e de registros do histórico escolar dos estudantes. Controla e organiza os arquivos com registros da vida acadêmica, processos de registro de conclusão de cursos e colação de grau. Registra em atas as sessões e atividades acadêmicas específicas.

O Técnico em Secretaria Escolar poderá atuar nos seguintes setores do mercado de trabalho:

- Escolas públicas e privadas,
- Centros de formação profissional,
- Centros de capacitação de pessoal,
- Órgãos de sistemas e redes de ensino.

5. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO

A proposta do curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Secretaria Escolar compreende a relação teoria e prática como elementos indissociáveis na construção do conhecimento, possibilitando aos alunos compreenderem a realidade para além de sua aparência, na qual os conhecimentos se constituem em sínteses da apropriação histórica da realidade material e social pelo homem. Assim, a proposta curricular visa integrar o trabalho, o tempo, a cultura, a ciência, a técnica e a tecnologia.

O curso parte de uma proposta sócio interacionista na qual possam ser assegurados aos alunos um ambiente em que estes irão reconhecer e discutir suas ideias, valorizando seus conhecimentos prévios, desenvolvendo sua capacidade de análise, em um processo de construção do conhecimento e não de aprendizagem mecânica.

A organização curricular do curso observa as determinações legais presentes nos Parâmetros Curriculares do Ensino Médio, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino médio e educação profissional de nível técnico, nos Referenciais Curriculares Nacionais da educação profissional de nível técnico e no Decreto nº. 5.154/04, bem como nas diretrizes definidas no Projeto Pedagógico do IFG. Segue as concepções e princípios de acordo com o artigo 12 da Resolução IFG Nº 008/2017:

I. Concepção de homem como ser histórico e social: Para Freire (1999) o homem é um sujeito, que não se reduz aos limites do tempo e espaço, mas os ultrapassa, transcende esses limites e isso lhe permite construir sua própria história e cultura. Nessa concepção o homem é compreendido como um ser de práxis, de ação transformadora consciente. Um ser que possui uma pluralidade em suas relações com o mundo, respondendo a uma variedade de

desafios, agindo, testando, ressignificando suas respostas e construindo sua história frente a sociedade em que vive.

II. Trabalho como princípio educativo: De acordo com Gramsci (1991) o trabalho é um elemento constitutivo do ensino, nesse sentido, o trabalho deve ser totalmente integrado ao ensino em uma proposta autônoma de educação. Desse modo, a união entre ensino e trabalho é fundamental para formar homens omnilaterais, isto é, desenvolver todas as potencialidades humanas, o homem se apropria do conhecimento como homem total.

Ao adotar a pesquisa como princípio educativo no curso Técnico em Secretaria Escolar na modalidade – EJA propõe-se utilizar a pesquisa como recurso didático e exercício científico na formação geral dos estudantes, isso de modo inseparável da formação profissional, valorizando a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos pedagógicos presentes no sistema escolar, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada componente curricular. Sob esse prisma, objetiva-se aprofundar os estudos desenvolvidos no curso, por meio do questionamento; da busca e coleta de dados; observação, atuação; elaboração, registro e análise, teórico-prática, das problemáticas suscitadas no âmbito educacional. Essas ações serão materializadas em projetos de iniciação científica, realização de minicursos, atuação em monitoria, apresentação de trabalhos em eventos científico-culturais, e também na vivência em ambiente virtual de aprendizagem.

O currículo integrado, segundo Kuenzer (2002), tem uma abordagem da realidade focada na totalidade, ampliando a leitura do mundo, oferecendo uma educação que contemple todas as formas de conhecimento produzidos pela humanidade em uma visão progressiva de educação, sendo fundamentado no conceito de Escola Unitária em Gramsci (1991), na qual não há separação entre teoria e prática, ação pedagógica e ação política e principalmente entre as classes sociais. Como pressuposto fundante da construção de currículos integrados, é necessário garantir o encontro e o diálogo entre os docentes para a elaboração coletiva dos procedimentos formativos, como, por exemplo, os projetos integradores.

5.1 MATRIZ CURRICULAR

A tabela 1 mostra a distribuição das disciplinas e dos projetos integradores ao longo dos seis semestres do curso, com as respectivas cargas horárias presencial e em EAD.

Tabela 1. Distribuição das disciplinas e dos projetos integradores ao longo dos seis semestres do curso, e com as respectivas cargas horárias presencial e em EAD

EIXOS	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA										
		PERÍODOS						HORAS				
		1º	2º	3º	4º	5º	6º	Presencia I	Ead	Total	Total	
Educação Geral	1	Matemática	4	4	2	2			162	0	162	
	2	Física		4					54	0	54	
	3	Química		4					54	0	54	
	4	Biologia				4			54	0	54	
	5	Língua Portuguesa	4	4	2	2			162	0	162	
	6	Artes	4						54	0	54	
	7	Educação Física			4				54	0	54	
	8	Espanhol				4			54	0	54	
	9	Inglês					4		54	0	54	
	10	História					4		54	0	54	
	11	Geografia					4		54	0	54	
	12	Filosofia						4	54	0	54	
	13	Sociologia						4	54	0	54	
Total Eixo Educação Geral			12	16	8	12	12	8	918	0	918	
Educação Profissional	14	Informática Básica				4			54		54	
	15	Desenvolvimento Pessoal e Profissional			2				27		27	
	16	Relações Interpessoais e Trabalho	2						27		27	
	17	Atendimento ao Público		2					27		27	
	18	Fundamentos da educação	4						54		54	
	19	Políticas, Gestão e Organização da Educação			4				54	54	108	
	20	Gestão de documentos			4				54	27	81	
	21	Teoria Administrativa Aplicada a Escola					4		54	27	81	
	22	Inglês Instrumental				4			54	27	81	
	23	Estatística aplicada à educação						4	54	27	81	
	24	Contabilidade nas escolas						4	54	27	81	
	25	Estágio Supervisionado					4	4	108		108	
26	Mundo Digital	2	2	2				81	27	108		
Total Eixo Educação Profissional			8	4	12	8	8	12	702	216	918	
F	27	Projeto Integrador I	4						54	0	54	

28	Projeto Integrador II		4					54	0	54	
29	Projeto Integrador III			4				54	0	54	
30	Projeto Integrador IV				4			54	0	54	
31	Projeto Integrador V					4		54	0	54	
32	Projeto Integrador VI						4	54	0	54	
Total Eixo Formação Integrada		4	4	4	4	4	4	324	0	324	
Carga Horária Semanal/Período		24	24	24	24	24	24	1944	216	2160	2160
Atividade Complementar Supervisionada											240
Carga Horária do Curso											2400

A proposta pedagógica do curso foi discutida coletivamente pela equipe de docentes e gestores que atuam no curso Técnico Integrado em Secretaria Escolar, tendo em vista a demanda pela democratização das decisões no âmbito escolar, preconizada tanto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Arts. 14 e 15) quanto pelos regulamentos internos da instituição - com destaque para o Regimento Geral do IFG, aprovado pela Resolução CONSUP IFG n. 40, de 13 de dezembro de 2018.

O currículo foi organizado por eixos, os quais favorecem uma prática interdisciplinar, integradora de conhecimentos científicos e saberes vindos do trabalho no campo da educação, visando uma prática que favoreça a construção do pensamento crítico e a capacidade de intervenção em situações concretas no âmbito da Secretaria Escolar.

Trata-se de uma concepção de currículo que possibilita o desenvolvimento de práticas pedagógicas integradoras, articulando o conceito de trabalho, ciência, tecnologia e cultura. Desse modo, as disciplinas de cada período serão agrupadas em 3 eixos: de Formação Geral, de Formação Profissional e de Formação Integrada.

O curso ofertará 36 vagas anuais, no turno noturno, com duração de 3 anos e organizado por disciplinas em regime seriado semestral, com uma carga horária total de 2400 horas.

5.2 DETALHAMENTO DA MATRIZ CURRICULAR EM TRÊS EIXOS

O curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Secretaria Escolar na modalidade EJA está inserido no eixo tecnológico Desenvolvimento Educacional e Social, possuindo três eixos de formação, geral, profissional e integrada.

5.2.1 Eixo de Formação Geral

O eixo da formação geral terá carga horária total de 918 horas e as disciplinas serão agrupadas nas quatro áreas do conhecimento estabelecidas nas DCNs/BNCC: (i) linguagens, códigos e suas tecnologias; (ii) ciências humanas e suas tecnologias; (iii) matemática e suas tecnologias; e (iv) ciências da natureza e suas tecnologias.

5.2.2 Eixo de Formação Profissional

O eixo da formação profissional terá carga horária total de 918 horas e é relativo aos conhecimentos da educação profissional e técnica com estreita articulação com a área de atuação da Secretaria Escolar. Parte desta carga horária, 216 horas, será ministrada em EAD nas seguintes disciplinas: Políticas, Gestão e Organização Educacionais, com 54 horas, Gestão de Documentos, com 27 horas, Inglês Instrumental, com 27 horas, Estatística Aplicada à Educação, com 27 horas, Teoria Administrativa aplicada a escola, com 27 horas, Contabilidade nas Escolas, com 27 horas, e Mundo Digital, do terceiro período, com 27 horas.

A Educação a Distância é modalidade de ensino prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n.9.394 de 1996 em seu artigo 80. O referido artigo foi regulamentado pelo Decreto n. 5.622 de 2005 que aborda acerca da mediação didático pedagógica realizada nos processos de ensino e aprendizagem com a “utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos” (BRASIL, 2005). Desse modo, pensar a formação profissional em Secretaria Escolar requer pensar nesta modalidade enquanto prática educativa no que se refere à formação e atuação dos docentes que compõe o colegiado do curso.

A concepção de EAD adotada neste curso entende que ela é educação que se define como processo de formação humana, cujas finalidades objetivam preparar o aluno para o exercício de sua cidadania. Compreende uma identidade pedagógica com especificidades por ser *online*, no entanto, igualitária com a educação presencial na organização do trabalho pedagógico e seus elementos constitutivos, a saber: objetivos de aprendizagem, conteúdos e métodos de ensino.

A EAD, por si só, não propicia mudança de paradigma na educação. O que marca e diferencia a ação educativa a distância neste curso é seu projeto pautado na emancipação dos estudantes, notadamente caracterizada por uma dimensão político-pedagógica de acesso e

permanência dos mesmos bem como dos usos dos recursos necessários para realizar a formação a distância.

Neste sentido, entende-se a aprendizagem como transposição a distância temporal ou espacial, fazendo uso das tecnologias, eliminando a distância, construindo interações diferentes das realizadas presencialmente por meio da mediação enquanto sistema de relações entre os sujeitos educativos e as questões pedagógicas. Presencialidade pode significar também estar juntos virtualmente. O objetivo de pensar a EAD e sua metodologia de ensino é romper com o paradoxo entre virtual e real.

Sobre a execução das atividades não presenciais asseguradas no parágrafo único do artigo 26 da Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) n. 06/2012, será ofertado suporte técnico e pedagógico aos sujeitos educativos envolvidos. As disciplinas que contemplam carga horária a distância se inscrevem na metodologia adotada neste curso a partir do ensino híbrido como uma abordagem que alinha espaços e tempos distintos síncronos e assíncrono no processo de ensino e aprendizagem a partir dos usos e apropriações das tecnologias (BRASIL, 2020, Art. 2º).

As disciplinas serão desenvolvidas parte a distância e parte de sua carga horária de forma presencial, respeitando o exposto pela Instrução Normativa da Pró-Reitoria de Ensino n.04 de 2020 que orienta e regulamenta procedimentos para inclusão de até 20% de carga horária de atividades a distância em cursos presenciais do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, na forma articulada integrada, na forma subsequente, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos como explicitado no artigo 23:

No ensino médio integrado à educação profissional, a carga horária prevista para o ensino híbrido não poderá ultrapassar o limite de 20% (vinte por cento) da carga horária diária do curso multiplicada pela quantidade de dias letivos, ou seja, até 20% da carga horária total de disciplinas.

Nesta perspectiva, as aulas ocorrerão em sala de aula no IFG bem como terão sua continuidade à distância. A execução do atendimento docente se dá de forma presencial bem como a distância no ambiente virtual de ensino e aprendizagem (AVEA) e no Sistema de Gestão Acadêmica (SGA). Tem-se o Moodle como plataforma institucional de acesso às disciplinas (salas de aula virtuais). No entanto, o docente pode utilizar em suas atividades didático pedagógicas, além do Moodle, outros ambientes por meio das tecnologias digitais.

No que se refere à tutoria (apoio ao discente e docente), a mesma será desenvolvida por monitores discentes dos cursos de licenciatura da instituição no período vespertino no laboratório de informática da instituição.

O IFG câmpus Anápolis possui 03 (três) laboratórios de informática além da oferta de espaço com computadores na Biblioteca Clarice Lispector. Mesmo tendo o apoio de tutoria presencial dos monitores, os estudantes poderão buscar a orientação dos servidores técnico-administrativos responsáveis pela área de Tecnologia da Informação (TI) do IFG, por meio de agendamento de atendimento. Com relação ao suporte tecnológico, será ofertada boa conexão à *world wide web* (WWW), de modo que seja possível a realização das atividades na rede de computadores e o acesso aos discentes e docentes do curso.

Além do suporte tecnológico, os estudantes receberão o apoio pedagógico dos docentes responsáveis pelas disciplinas com carga horária em EAD (ensino híbrido) bem como da coordenação do curso. O docente receberá a contribuição da equipe de TI da instituição no que se refere às questões técnicas e tecnológicas bem como recorrerá à Diretoria de Educação a Distância (DEAD) do IFG no que pertine às ações tecnológicas e pedagógicas no ensino híbrido com o apoio do Departamento de Áreas Acadêmicas (DAA) e coordenação do curso.

Ao docente que atua no curso será necessária a compreensão do que seja EAD bem como o entendimento de sua atuação técnico-pedagógica para posterior realização de seu trabalho pedagógico e atendimento discente.

Assim, a forma de execução e garantia de acesso/permanência de realização do curso explicitada neste PPC acerca das aulas a distância e sua metodologia de ensino é pedagogicamente viável, tendo em vista que contempla a organização técnica e pedagógica, ofertando aos estudantes e docentes o atendimento/suporte tecnológico e pedagógico necessário.

5.2.3 Eixo de Formação Integrada

O Eixo de Formação Integrada terá carga horária de 324 horas, divididas em 6 Projetos Integradores (PI), que consistem em atividades planejadas e realizadas por um grupo de professores, orientadas por um tema / demanda de formação, e que culminam em um produto final (sarau, feira de ciências, seminário, ação de extensão etc).

O PI tem como principal objetivo verticalizar os conteúdos de cada período, sendo organizados por tema, para cada semestre, e serão realizados por meio de ações de ensino, pesquisa e extensão.

5.2.4 Carga horária total

O curso será composto por 918 horas da formação geral, 918 horas da formação profissional (702 horas presenciais e 216 horas em EAD), 324 horas da formação integrada e 240 horas de atividades complementares, considerando os mínimos de 1.200 horas exigidas para a formação básica de Ensino Médio e 1.200 horas para a habilitação profissional técnica, em conformidade com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, atendendo ao mínimo de 2.400 horas para cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, na forma articulada integrada com o Ensino Médio na modalidade EJA, em conformidade com o artigo 28 da Resolução CNE/CEB n° 06/2012.

5.3 ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

Partindo do princípio de que a educação é a apropriação do conhecimento historicamente produzido (SAVIANI, 2003), não sendo algo a ser transmitido, mas construído, a metodologia de ensino adotada se apoiará em um processo crítico de construção do conhecimento, a partir de ações incentivadoras da relação ensino-aprendizagem, baseada em pressupostos pedagógicos.

Para viabilizar aos alunos o desenvolvimento de competências relacionadas a determinadas bases técnicas, científicas e instrumentais, serão adotadas, como prática metodológica, formas ativas de ensino-aprendizagem, baseadas em interação pessoal e do grupo, sendo função do professor criar condições para a integração dos alunos a fim de que se aperfeiçoe o processo de socialização na construção do saber.

Segundo Freire (1998, p.77) “toda prática educativa demanda a existência de sujeitos, um que, ensinando, aprende, outro que aprendendo, ensina (...) a existência de objetos, conteúdos a serem ensinados e aprendidos envolve o uso de métodos, de técnicas, de materiais, implica, em função de seu caráter diretivo/objetivo, sonhos, utopia, ideais (...)”. A prática educativa também deve ser entendida como um exercício constante em favor da produção e do desenvolvimento da autonomia de educadores e educandos, contribuindo para que o aluno seja o artífice de sua formação com a ajuda necessária do professor.

Faz parte da natureza da prática docente a indagação, a busca, a pesquisa, a reflexão, a ética, o respeito aos saberes dos educandos, a tomada consciente de decisões, a disponibilidade para o diálogo, o estar aberto às novidades, aos diferentes métodos de trabalho. Dentre essas atitudes, a reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da

relação teoria-prática, uma vez que envolve o movimento dinâmico, dialético entre o fazer e o pensar sobre o fazer, e de intervenção no sistema de ensino.

Ao sabor da experiência e da reflexão, do ensino contextualizado, cria-se possibilidade para a produção ou construção do conhecimento, desenvolvem-se instrumentos, esquemas ou posturas mentais que podem facilitar a aquisição de competências. Isso significa que na prática educativa deve-se procurar, através dos conteúdos e dos métodos, respeitar os interesses dos alunos e da comunidade onde vivem e constroem suas experiências.

Os programas devem ser planejados valorizando os referidos interesses, o aspecto cognitivo e o afetivo. Nessa prática, os conteúdos devem possibilitar aos alunos meios para uma aproximação de novos conhecimentos, experiências e vivências. Uma educação que seja o fio condutor, o problema, a ideia-chave que possibilite aos alunos estabelecer correspondência com outros conhecimentos e com sua própria vida.

Em relação à prática pedagógica, Pena (1999, p. 80) considera que “o mais importante é que o professor, consciente de seus objetivos e dos fundamentos de sua prática (...) assuma os riscos – a dificuldade e a insegurança – de construir o seu objeto, faz-se necessário aos professores reconhecer a pluralidade, a diversidade de abordagens, abrindo possibilidades de interação com os diversos contextos culturais”.

Nesta perspectiva, o corpo docente será constantemente incentivado a utilizar metodologias e instrumentos criativos e estimuladores para que a inter-relação entre teoria e prática ocorra de modo eficiente. E isto será orientado através da execução de ações que promovam desafios, problemas e projetos disciplinares e interdisciplinares orientados pelos professores. Para tanto, as estratégias de ensino propostas apresentam diferentes práticas:

- Utilização de aulas práticas, na qual os alunos poderão estabelecer relações entre os conhecimentos adquiridos e as aulas práticas;
- Utilização de aulas expositivas dialogadas para a construção do conhecimento nas disciplinas;
- Leitura, interpretação e análise de textos atuais;
- Pesquisas sobre os aspectos teóricos e práticos no seu futuro campo de atuação;
- Discussão de temas: partindo-se de leituras orientadas, individuais e em grupos; de vídeos, pesquisas; aulas expositivas.
- Estudos de caso: através de simulações e casos reais das instituições de futura atuação do técnico em secretaria escolar;

- Debates: provenientes de pesquisa prévia, de temas propostos para a realização de trabalhos individuais e/ou em grupos;
- Grupos de discussão: de observação, verbalização e avaliação;
- Seminários: apresentados pelos alunos, professores e também por profissionais das mais diversas áreas de atuação;
- Semana Técnica: desenvolvida com o intuito de promover a interação entre os alunos, professores, funcionários técnico-administrativos, convidados e instituições para abordar assuntos relativos às novas tendências do mercado profissional.
- Exercícios vivenciais;
- Dinâmicas de grupo;
- Palestras com profissionais da área: estas poderão ser ministradas na instituição e também nos espaços de futura atuação do técnico em secretaria escolar;
- Visitas técnicas.

5.4 PRÁTICA PROFISSIONAL

O estágio curricular enquanto prática profissional supervisionada desenvolvida pelo educando em situação real de trabalho é componente curricular obrigatório, devendo possibilitar o contato e as vivências com a prática real do mundo do trabalho (Artigo 15 da Resolução nº 008/2017), com duração de 108 (cento e oito) horas a serem cumpridas nas disciplinas Estágio Supervisionado I e II.

O estudante poderá realizar o Estágio Curricular Não Obrigatório, desenvolvido como uma atividade opcional relacionada à área de sua formação, podendo as horas serem aproveitadas como parte das atividades complementares no currículo.

A jornada de atividades de estágio deve constar no Termo de Compromisso de Estágio, sempre observando a compatibilidade com o horário escolar, não podendo ultrapassar os limites de seis horas diárias e trinta horas semanais no período letivo, e de 8 horas diárias e 40 horas semanais em período de férias.

Os projetos institucionais de extensão, de monitoria e de iniciação científica e tecnológica, propostos pelas áreas acadêmicas e aprovados no âmbito das Pró-Reitorias, por meio de edital, poderão ser convalidados pela Coordenação do Curso para efeito de integralização do estágio curricular obrigatório. Na apreciação das solicitações de

integralização das horas de estágio será observado a compatibilidade das ações desenvolvidas com os objetivos de formação do curso e as especificidades do perfil profissional de conclusão do mesmo.

O exercício de atividades profissionais correlatas ao curso, na condição de empregado, empresário ou autônomo, poderá ser validado como Estágio Curricular Obrigatório a partir do 4º período do curso, obedecendo ao disposto nos Art. 24 e 27 da Resolução nº 57, de 17 de novembro de 2014.

5.5 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares possuem caráter acadêmico, técnico, científico, artístico, cultural, esportivo, de inserção comunitária e as práticas profissionais vivenciadas pelo educando contribuem para o aprimoramento da formação humana e profissional do mesmo, integram o currículo do curso e perfazem um total de 240 horas. Essas atividades devem ser cumpridas no período em que o discente estiver matriculado ou enquanto estiver cursando as disciplinas, sendo um componente obrigatório para a conclusão do curso. O Departamento de Áreas Acadêmicas (DAA) e a Coordenação do Curso deverão contemplar as práticas profissionais nas suas diferentes formas, propondo atividades complementares e garantindo o cumprimento das horas pelos discentes, devendo ser feito conforme descrito na Resolução n.º 20 de 26 de dezembro de 2011, que regulamenta as atividades complementares nos cursos superiores, aprovado pelo Conselho Superior da Instituição, sendo elas:

- Visitas Técnicas.
- Atividades Práticas de Campo.
- Participação em eventos técnicos, científicos, acadêmicos, culturais, artísticos e esportivos.
- Participação em comissão organizadora de eventos institucionais e outros.
- Apresentação de trabalhos em feiras, congressos, mostras, seminários e outros.
- Intérprete de línguas em eventos institucionais e outros.
- Monitorias por período mínimo de um semestre letivo.
- Participação em projetos e programas de iniciação científica e tecnológica como aluno do projeto, bolsista ou voluntário.
- Participação em projetos de ensino, pesquisa e extensão com duração mínima de um semestre letivo.
- Cursos e minicursos.
- Estágio curricular não obrigatório igual ou superior a 100 (cem) horas.
- Participação como representante de turma por um período mínimo de um semestre letivo.

- Participação como representante discente nas instâncias da Instituição por um período mínimo de um semestre letivo.
- Participação em órgãos e entidades estudantis, de classe, sindicais ou comunitárias.
- Realização de trabalho comunitário.
- Atividades profissionais comprovadas na área de atuação do curso.

Não são contadas atividades complementares antes do ingresso do discente no curso, que deve trazer a documentação comprobatória de cada atividade. Portanto, o discente deverá realizar estas atividades complementares ao longo do curso.

6. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

O aproveitamento de estudos e conhecimentos anteriores do estudante será conforme a Resolução CNE/CEB nº 06/2012 e o artigo 46 da Resolução IFG nº 008/2017, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da habilitação profissional e que tenham sido desenvolvidos em qualificações profissionais e etapas ou módulos de nível técnico regularmente concluídos em outros cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio; em cursos destinados à formação inicial e continuada ou qualificação profissional de, no mínimo, 160 horas de duração, mediante avaliação do estudante; em outros cursos de Educação Profissional e Tecnológica, inclusive no trabalho, por outros meios informais ou até mesmo em cursos superiores de graduação, mediante avaliação do estudante. E ainda, por reconhecimento, em processos formais de certificação profissional, realizado em instituição devidamente credenciada pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino ou no âmbito de sistemas nacionais de certificação profissional.

7. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada de acordo com a modalidade de ensino considerando as especificidades e finalidades educativas, sendo processual e formativa.

Desse modo, na avaliação do processo de ensino e aprendizagem e no acompanhamento do desempenho escolar dos estudantes e na avaliação constante do curso devem ser previstos aspectos qualitativos e quantitativos a partir da observação diária do desenvolvimento dos estudantes na dimensão formal do ensino em suas distintas projeções: afetiva, cognitiva, física, motora, intelectual e de sociabilidade bem como na realização de autoavaliação de professores e estudantes. Assim, a avaliação da aprendizagem contempla

dimensões além de dados numéricos sistematizados em provas, mas que adota uma perspectiva diagnóstica cumulativa, contínua e qualitativa; em conformidade com o proposto nos planos de ensino das disciplinas, observando os critérios a seguir:

c. no caso das avaliações escritas, devem ser devolvidas à/ao aluna/o no período letivo a que se referem; d. os resultados das avaliações e frequência devem ser registrados nos diários de classe e divulgados, observando-se os períodos de lançamento de notas no Sistema de Gestão Acadêmica; e. sua elaboração deve contemplar a apreensão da capacidade de articulação entre teoria e prática, conhecimentos gerais e específicos, senso comum e conhecimento científico; f. sua análise deve contemplar a apreensão da capacidade de posicionamento da/o educanda/o frente às ideias, concepções e conceitos, situando-os histórica e socialmente; g. deve ser planejada e informada às/aos discentes no início de cada período letivo (PDI 2019-2023, p.126).

O processo de avaliação do rendimento escolar deve prever a utilização de, no mínimo, três instrumentos diversificados, como avaliações escritas e qualitativas, trabalhos, listas de exercícios. Deve ser previsto também a prática de atendimento ao discente através do reforço escolar e da recuperação paralela com a finalidade de elevar o nível de aprendizagem dos estudantes, além de contemplar a acessibilidade pedagógica a partir da oferta de tempo adicional, conforme demanda apresentada pelo estudante com deficiência, na realização das atividades acadêmicas, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade conforme Lei nº 13.146/2015.

A autoavaliação do curso será realizada de modo a organizar, ampliar e fortalecer a formação acadêmica resguardando o sucesso da permanência dos/as estudantes no curso com ações como estágio, monitoria, programas de iniciação científica. Nesse sentido será realizado um evento anual de avaliação institucional entre os meses de abril e maio no câmpus em tela, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional" (PDI – 2019 a 2023, p.46), com o objetivo de “apresentar os resultados da auto avaliação institucional”. Ressalta-se que trata-se de observação do desempenho de todos os sujeitos educativos envolvidos no processo bem como da gestão institucional, sendo uma forma de gerar instrumentos necessários nas tomadas de decisão da instituição dirimida às ações de ensino, pesquisa e extensão, considerando as etapas previstas pelo IFG conforme o PDI 2019-2023: planejamento; sensibilização; desenvolvimento; consolidação e meta-avaliação.

Ademais, o PDI 2019-2023 pressupõe que os procedimentos relativos a auto avaliação institucional no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás , de contar com Comissão Própria de Avaliação (CPA) permanente, constituída com a finalidade de gerir os processos internos de avaliação da Instituição. Para tanto, a composição da CPA deve incluir “representantes de todos os segmentos da comunidade acadêmica,

eleitos democraticamente entre seus pares, e também por representantes da sociedade” (p.61). Sob esse prisma, considerando a realidade multicâmpus do IFG a CPA articula-se as subcomissões de avaliação, presentes em cada um dos Câmpus da Instituição. A subcomissão do Campus Anápolis atua em todos os processos de avaliação interna e também é responsável pela elaboração de Relatórios Parciais de Avaliação do campus em questão.

De modo, específico no que tange o processo de autoavaliação no Curso Técnico em Secretaria Escolar considera-se que após o período de sensibilização, os discentes podem responder questionários *on line* ou impressos; participar de colóquios; assembleias e ou Fóruns com o objetivo de garantir um processo avaliativo de caráter diagnóstico, formativo e de compromisso coletivo, cujo objetivo seja identificar o perfil institucional e o significado de sua atuação como discente, por meio de suas atividades no curso, observadas as singularidades da modalidade de educação de jovens e adultos. Para tanto, a avaliação proposta terá como uma de suas finalidades a melhoria da qualidade da formação ofertada, buscando “a convergência entre ciência, tecnologia e cultura nos desenhos curriculares e a condução de políticas e programas voltados para a inclusão e para a diversidade”.(p.10)

Assim, numa perspectiva inclusiva, deve-se flexibilizar a correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5.626/2005; Lei nº 13.146/2015 e Portaria MEC nº 3.284/2003 e a disponibilização de provas em formatos acessíveis para atendimento às necessidades específicas do estudante com deficiência, conforme Resolução CNE/CEB nº 02/2001 e Lei nº 13.146/2015. As atividades avaliativas no processo de ensino e aprendizagem serão propostas em suas distintas exemplificações a partir dos conteúdos (atividades de pesquisa, seminários, escritas individuais, trabalhos em grupos, entre outras) com o objetivo de possibilitar aos/as estudantes uma formação integral com viés teórico-epistemológico. No caso de reprovação do/a aluno/a em mais de três disciplinas no semestre letivo, o/a mesmo/a não poderá se matricular no semestre seguinte, visto que as disciplinas são ofertadas anualmente, tendo sua vaga assegurada após decorrido um semestre.

8. FUNCIONAMENTO

8.1 HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO CURSO

O curso funcionará de segunda-feira à sexta-feira, com 4 horas aula diárias de 45 minutos cada e distribuídas em dois horários, das 19:00 às 20:30 e das 20:45 às 22:15, e,

quando não completar a carga horária mínima das disciplinas, aos sábados, das 14:00 às 15:30 e das 15:45 às 17:15. Os projetos integradores possuem carga horária de 4 horas aula semanais e serão conduzidos de forma interdisciplinar, ocorrendo ao longo de cada semana em horários flexíveis.

8.2 TEMPO DE INTEGRALIZAÇÃO

O tempo de integralização do curso é de, no mínimo, 3 anos e, no máximo, seis anos.

8.3 PERIODICIDADE

O curso ofertará 36 vagas anuais com entrada no início do ano letivo.

9. INFRAESTRUTURA

O IFG Câmpus Anápolis disponibiliza 23 salas compatíveis com a necessidade do curso, sendo duas salas de orientação, uma sala de estudos e vinte salas de aula, todas elas descritas abaixo.

As salas de orientação T202 e T501 possuem áreas, respectivamente, iguais a 12,15 m² e 63,65 m², e são destinadas a atendimento aos alunos pelos professores em temáticas relacionadas a ensino, pesquisa e extensão.

A sala T213 possui área igual a 18,45 m², é privativa para os professores e destina-se à realização de atividades de estudos, preparação de aulas, elaboração e correção de provas, escrita de projetos, entre outras

As salas de aula, T303, T304, S403-S405, T502-T503, S501-S506, T601-T604, possuem áreas entre 24,90 e 68,06 m², projetor multimídia ou televisão, quadro de acrílico ou negro, e as turmas são alocadas de forma que haja adequação entre o espaço físico e o número de alunos.

9.1 Laboratórios

Para o desenvolvimento do curso, o IFG Câmpus Anápolis conta com recursos adequados para as aulas teóricas e práticas.

9.1.1 Laboratórios de Informática

Os laboratórios de informática se situam nas salas S-401, S-402 e S-406, são utilizados pelos discentes para atividades práticas nas diversas áreas do curso. A tabela 2 apresenta uma breve descrição destes laboratórios.

Tabela 2. Lista de equipamentos dos laboratórios de Informática

Sala	Área	Quantidade	Descrição
S402	50,73 m ²	31	Computadores desktop, modelo HP Compaq Pro 6305 SFF: CPU AMD A8-5550B 3,2 GHz, 4 GB RAM, HD 500 GB, Windows e Ubuntu, teclado, mouse, autofalantes embutidos e monitor de 21”
S401	68,03 m ²	31	Computadores desktop, modelo HP Compaq Pro 6005 SFF: CPU AMD Phenom II x4 B95 3,0 GHz, 4 GB RAM, HD 500 GB, Windows e Ubuntu, teclado, mouse, autofalantes embutidos e monitor de 21”
S406	25,52 m ²	10	Computadores desktop sem marca: CPU Intel Celeron, 2 GB RAM, HD 320 GB, Ubuntu, teclado, mouse e monitor de 19”

9.1.2 Laboratórios de Química

Os Laboratórios de Química se situam nas salas T401 e T402 e as Tabelas 3, 4 e 5 apresentam a relação dos materiais disponíveis.

Tabela 3. Relação do material disponível no Laboratório Analítico

LABORATÓRIO ANALÍTICO	
Quantidade	Descrição
5	Agitador de Tubos Vortex – 2800 RPM
1	Agitador de Tubos Biomixer
20	Agitador magnético com aquecimento em chapa de cerâmica
3	Agitador magnético com aquecimento
1	Analisador Bioquímico semi-automático simplificado
3	Balança analítica de precisão com capela
1	Balança semi-analítica

1	Banho-maria de aquecimento
1	CPU Infoway MS 3322M, Itautec
4	Centrífuga Fanem mod. 3400 Excelsa F.
1	Contador de Colônias
1	Cromatógrafo Líquido Analítica – HPLC
1	Espectrofotômetro digital visível, 325-1100 nm
2	Fotômetro de chama Analyser
3	Medidor de pH de bancada microprocessado com eletrodo universal
5	Medidor digital de pH de bancada completo
1	Monitor LCD 19" widescreen, Itautec
1	Nobreak Senoidal, 1,5KVA, monofásico
2	Termohigrômetro digital, modelo AM-208
1	Turbidímetro portátil microprocessado

Tabela 4. Relação do material disponível no Laboratório de Química Inorgânica e Físico-Química

LABORATÓRIO DE QUÍMICA INORGÂNICA E FÍSICO-QUÍMICA	
Quantidade	Descrição
1	Agitador magnético com aquecimento
1	Agitador para tubos de centrifugação de 0,5 a 50 mL
1	Balança analítica de precisão com capela
1	Balança eletrônica de precisão (2000g) com microprocessador
1	Banho-maria com 4 bocas, temperatura até 110°C
1	Bomba de vácuo 2,1 KGF/cm ² , 1/4HP, 220V
1	Bureta digital com pressão maior que 0,01mL
1	Capela de exaustão com estrutura em fibra e motor 1/8HP
1	Chapa aquecedora em aço inoxidável, 30 cm de comprimento
1	Chuveiro lava-olhos com lava-olhos de emergência
1	Condutivímetro de bancada
1	Destilador de água em aço inox com regulador de nível
1	Estufa de cultura bacteriológica
1	Medidor de oxigênio dissolvido microprocessado portátil
2	Medidor de pH de bancada

1	Medidor de pH de bancada com braço articulado e eletrodo de vidro.
---	--

Tabela 5. Relação do material disponível no Laboratório de Química Orgânica

LABORATÓRIO DE QUÍMICA ORGÂNICA	
Quantidade	Descrição
1	Aparelho para determinar ponto de fusão modelo PFM-II
1	Balança analítica, capacidade 220g, sensibilidade 0,1 mg
1	Balança semi-analítica, capacidade 320g, sensibilidade 0,001 mg
1	Banho-maria digital, 8 bocas com anéis redutores
1	Banho-maria SL-155/22
1	Bloco microdigestorKejeldahl com controlador
1	Bomba de vácuo pressão pistão a óleo
1	Capela de exaustão estrutura em fibra
1	Centrífuga para 24 butirômetros, 1100 rpm.
2	Chapa aquecedora retangular
1	Chuveiro lava-olhos com lava-olhos de emergência
3	Destilador de óleos essenciais
1	Estufa de secagem digital microprocessada, 200°C
1	Extrator de lipídios
1	Forno mufla, 1200°C, 1200W.
1	Forno mufla modelo 20000G
1	Gabinete de observação com lâmpada UV 365 nm
1	Gabinete de observação em câmara escura com lâmpada Ultravioleta
1	Máquina de fabricar gelo em cubo
1	Moinho de facas do tipo Willey
2	Refratômetro tipo Brix (0 a 90)
1	Terma-reator para CQO
1	Termohigrômetro digital

9.1.3 Laboratório de Física

O Laboratório de Física se situa na sala T302 e a Tabela 6 apresenta a relação do material disponível.

Tabela 6. Relação do material disponível no Laboratório de Física

LABORATÓRIO DE FÍSICA	
Quantidade	Descrição
02	KIT MECÂNICA DOS SÓLIDOS
04	KIT HELIODON
02	KIT PAINEL DE DECOMPOSIÇÃO DE FORÇAS
04	KIT CARRO COM RETROPROPULSÃO
02	KIT TROCAS DE CALOR - CALORIMETRIA
02	KIT DIAPASÃO
02	KIT CRONÔMETRO
02	KIT PLANO INCLINADO
02	KIT EQUIPAMENTO ROTACIONAL
02	KIT PAINEL SOLAR
02	KIT DILATÔMETRO LINEAR DE PRECISÃO
02	KIT BOYLE MARIOTTE
02	KIT SUPERFÍCIES EQUIPOTENCIAIS
02	KIT FORÇA MAGNÉTICA
02	KIT EQUIPAMENTO PARA PROPAGAÇÃO DE CALOR
02	KIT PAINEL PARA ASSOCIAÇÕES ELETRO-ELETRÔNICAS
02	KIT EQUIPAMENTO PARA PROPAGAÇÃO DE CALOR
02	KIT ÓPTICA GEOMÉTRICA

9.1.4 Laboratório de Microbiologia

O Laboratório de Microbiologia se situa na sala T505 e a Tabela 7 apresenta a relação do material disponível.

Tabela 7. Relação do material disponível no Laboratório de Microbiologia

LABORATÓRIO DE MICROBIOLOGIA

Quantidade	Descrição
01	ESTUFA DE CULTURA E BACTERIOLOGIA
01	ESTEREOMICROSCÓPIO
01	AGITADOR TORNADO
01	AUTOCLAVE

9.2 Biblioteca

A Biblioteca Clarice Lispector possui área igual a 670 m² e os seguintes ambientes: sala de leitura, com 32 lugares disponíveis; sala de informática, com 12 computadores disponíveis; sala de estudo em grupo, com 54 lugares disponíveis; e 25 cabines para estudo individual.

O acervo é composto por 1.911 títulos totalizando 5.211 exemplares, conforme descrito na Tabela 8, e tem sido atualizado gradativamente desde o ano de 2010, data de inauguração do Câmpus Anápolis, com subsídios de projetos do MEC para suprir deficiências e recomposição. Os beneficiários são principalmente os discentes, docentes e comunidade externa.

Tabela 8. Acervo da Biblioteca Clarice Lispector.

Área de Conhecimento	Número de exemplares	Número de títulos
Ciências Biológicas	207	91
Ciências da Saúde	44	21
Ciências Exatas e da Terra	1.098	298
Ciências Humanas	943	354
Ciências Sociais e Aplicadas	803	191
Engenharias	249	119
Linguística, Letras e Artes	1.867	844
Total	5.211	1.911

A Biblioteca conta com as coleções assinadas pelo IFG no Portal de Periódicos da Coordenação de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação (CAPES/MEC), onde professores, pesquisadores, alunos e servidores da instituição têm acesso à produção científica mundial atualizada com acesso em qualquer terminal ligado à rede do Câmpus, ou

conectado à Internet, por meio da Plataforma CAFE (Comunidade Acadêmica Federada). Assim, pesquisas de qualidade são possíveis, contribuindo com maior produtividade dos professores da Instituição. As coleções estão apresentadas na Tabela 9.

Tabela 9. Relação de Coleções assinadas pelo IFG no Portal de Periódicos da CAPES.

Coleção	Área de Abrangência
ACM Digital Library – todos os periódicos e magazines	Engenharias, Ciências Exatas e da Terra
Computers & Applied Sciences Complete (CASC)	Ciência da Computação, Informação e Tecnologia
Scopus	Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Físicas e Ciências Sociais
SPIE Digital Library	Ótica e Fotônica
Web of Science - Coleção Principal	Todas as áreas do conhecimento

10. PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO ENVOLVIDO NO CURSO

O curso tem à disposição docentes concursados nas áreas do conhecimento relacionadas com os eixos temáticos da matriz curricular. A relação dos docentes, titulações, áreas de atuação e regimes de trabalho é apresentada na Tabela 10.

Tabela 10. Relação dos docentes, titulações, áreas de atuação e regimes de trabalho

Docente	Titulação	Área de atuação	Disciplinas	Regim e de trabalho
Alessandro Silva de Oliveira	Doutor	Ensino de Química	Química / Mundo Digital / Projeto Integrador	D.E.
Aline Gomes da Silva	Mestre	Português / Inglês	Língua Portuguesa / Inglês / Inglês instrumental / Mundo Digital / Projeto Integrador	D.E.
Antônio Borges Junior	Mestre	Administração	Desenvolvimento Pessoal e Profissional / Relações	D.E.

			Interpessoais e Trabalho / Atendimento ao Público / Teoria Administrativa Aplicada a Escola / Contabilidade nas escolas / Mundo Digital / Projeto Integrador	
Arianny Grasielly Baião Malaquias	Doutora	Matemática	Matemática / Estatística Aplicada à Educação / Mundo Digital / Projeto Integrador	D.E.
Carlos Magno da Mata	Especialista	Português / Espanhol	Língua Portuguesa / Espanhol / Mundo Digital / Projeto Integrador	D.E.
Cláudia Helena dos Santos Araújo	Doutora	Educação	Fundamentos da educação / Políticas, Gestão e Organização da Educação / Gestão de documentos/Estágio Supervisionado / Mundo Digital / Projeto Integrador	D.E.
Cláudio Barbosa de Sousa	Mestre	Sociologia	Sociologia/Mundo Digital/Projeto Integrador	D.E.
Daniel Silva Barbosa	Mestre	Filosofia	Filosofia / Mundo Digital / Projeto Integrador	D.E.
Dayanna Pereira dos Santos	Doutora	Educação	Fundamentos da educação / Políticas, Gestão e Organização da Educação / Gestão de documentos / Estágio Supervisionado / Mundo Digital / Projeto Integrador	D.E.
Éder Silva de Brito	Mestre	Matemática	Matemática / Estatística Aplicada à Educação / Mundo Digital / Projeto Integrador	D.E.

Eduardo Carli de Moraes	Mestre	Filosofia	Filosofia / Mundo Digital / Projeto Integrador	20h
Eduardo Junio Ferreira Santos	Especialista	Português / Espanhol	Língua Portuguesa / Espanhol / Mundo Digital / Projeto Integrador	D.E.
Erika Marinho Witeze	Mestre	Educação	Fundamentos da educação / Políticas, Gestão e Organização da Educação / Gestão de documentos / Estágio Supervisionado / Mundo Digital / Projeto Integrador	D.E.
Fabiana Pimenta de Souza	Mestre	Matemática	Matemática / Estatística Aplicada à Educação / Mundo Digital / Projeto Integrador	D.E.
Gracielle Oliveira Sabbag Cunha	Mestre	Química Orgânica	Química / Mundo Digital / Projeto Integrador	D.E.
Juliana Pfrimer Capuzzo	Mestre	Biologia	Biologia / Mundo Digital / Projeto Integrador	D.E.
Kamylla Pereira Borges	Doutora	Educação	Fundamentos da educação / Políticas, Gestão e Organização da Educação / Gestão de documentos / Estágio Supervisionado / Mundo Digital / Projeto Integrador	D.E.
Kátia Cilene Costa Fernandes	Doutora	Matemática	Matemática / Estatística Aplicada à Educação / Mundo Digital / Projeto Integrador	D.E.
Kellen Christina Malheiros Borges	Mestre	Biologia	Biologia / Mundo Digital / Projeto Integrador	D.E.
Lidiane de Lemos Soares Pereira	Mestre	Ensino de Química	Química / Mundo Digital / Projeto Integrador	D.E.

Lílian Tatiane Ferreira de Melo Camargo	Mestre	Físico-Química	Química / Mundo Digital / Projeto Integrador	D.E
Lucas Bernardes Borges	Doutor	Física	Física / Mundo Digital / Projeto Integrador	D.E.
Lucas Hoffmann Greggi Kalinke	Doutor	Química Inorgânica	Química / Mundo Digital / Projeto Integrador	D.E.
Luciane Dias Pereira	Doutora	Química Industrial	Química / Mundo Digital / Projeto Integrador	D.E.
Marcelo dos Santos Silva	Doutor	Física	Física / Mundo Digital / Projeto Integrador	D.E.
Maria Carolina Terra Heberlein	Mestre	Português	Língua Portuguesa / Mundo Digital / Projeto Integrador	D.E.
Maria de Oliveira Vaz dos Santos	Mestre	Matemática	Matemática / Estatística Aplicada à Educação / Mundo Digital / Projeto Integrador	D.E.
Michele Siqueira	Doutora	Português	Língua Portuguesa / Mundo Digital/Projeto Integrador	D.E.
Neville Júlio de Vilasboas e Santos	Doutor	Sociologia	Sociologia/Mundo Digital / Projeto Integrador	D.E.
Newton da Rocha Nogueira	Mestre	Libras	Mundo Digital / Projeto Integrador	20h
Paulo Cesar Campus	Mestre	Administração	Desenvolvimento Pessoal e Profissional / Relações Interpessoais e Trabalho / Atendimento ao Público / Teoria Administrativa Aplicada a Escola / Contabilidade nas escolas / Mundo Digital / Projeto Integrador	D.E.

Patrícia Costa e Silva	Doutora	Filosofia	Filosofia / Mundo Digital / Projeto Integrador	D.E.
Rejane Dias Pereira Mota	Doutora	Química Analítica	Química / Mundo Digital / Projeto Integrador	D.E.
Reynaldo Zorzi Neto	Mestre	Sociologia	Sociologia / Mundo Digital / Projeto Integrador	D.E.
Ronan Santana dos Santos	Doutor	Matemática	Matemática / Estatística Aplicada à Educação / Mundo Digital / Projeto Integrador	D.E.
Scheider Pereira Caixeta	Mestre	Português	Língua Portuguesa	D.E.
Selma Maria da Silva	Doutora	Administração	Desenvolvimento Pessoal e Profissional / Relações Interpessoais e Trabalho / Atendimento ao Público / Teoria Administrativa Aplicada a Escola / Contabilidade nas escolas / Mundo Digital / Projeto Integrador	D.E.
Sérgio Silva Filgueira	Doutor	Física	Física / Mundo Digital / Projeto Integrador	D.E.
Simone Maria Moura Mesquita	Doutora	Administração	Desenvolvimento Pessoal e Profissional / Relações Interpessoais e Trabalho / Atendimento ao Público / Teoria Administrativa Aplicada a Escola / Contabilidade nas escolas / Mundo Digital / Projeto Integrador	D.E.
Suilei Monteiro Giavara	Doutora	Português	Língua Portuguesa /	D.E.

			Mundo Digital / Projeto Integrador	
Thársis Souza Silva	Doutor	Matemática	Matemática / Estatística Aplicada à Educação / Mundo Digital / Projeto Integrador	D.E.
Thiago Cardoso de Deus	Doutor	Ensino de Química	Química / Mundo Digital / Projeto Integrador	D.E.
Thiago Eduardo Pereira Alves	Doutor	Físico- Química	Química / Mundo Digital/Projeto Integrador	D.E.
Vanessa Carneiro Leite	Doutora	Ensino de Química	Química / Mundo Digital / Projeto Integrador	40h

A relação dos técnicos administrativos, titulações, cargos e lotação é apresentada na Tabela 11.

Tabela 11. Relação dos técnicos administrativos, titulações, cargos e lotação

Técnico administrativo	Titulação	Cargo	Lotação
Hedlla Cássia Teixeira Bringel	Administração de Empresas / Gestão Pública	Auxiliar em Administração	Gerência de Administração
Jacqueline Gomes dos Santos	Administração / Gestão Ambiental / Metodologia do Ensino à Distância	Assistente em Administração	RH
Juliana Cecília Padilha de Resende	Administração / Gestão Pública	Assistente em Administração	CORAE / Apoio ao Ensino
Grazielle Aparecida de Oliveira	Pedagogia	Pedagoga - Orientadora Educativa	Apoio Pedagógico ao Discente
Marcos Antônio de Carvalho Rosa	Psicologia / Docência Universitária/ Especialização em Andamento em Gestão de Pessoas	Psicólogo	Apoio Pedagógico ao Discente
Bárbara Delourdes Rosa Rodrigues Sousa	Psicologia / Psicologia Clínica	Psicólogo	Apoio Pedagógico ao Discente

Maria Geanne Oliveira da Luz	Letras Português, Espanhol / Docência em Língua Portuguesa e Literatura / Gestão Pública	Técnica em Assuntos Educacionais	Apoio Pedagógico ao Discente
Rafaela Carolina Lopes	Licenciatura em Química / Ciências Econômicas	Técnica em Assuntos Educacionais	Coordenação Acadêmica
Vera Lúcia dos Santos Ferbonink	Serviço Social / Educação Inclusiva	Assistente Social	Assistência ao Estudante
Paulo Alberto de Oliveira Custódio	Ética, Gestão em Marketing e Vendas	Auxiliar em Administração	Protocolo
Priscila Gontijo Sales Vieira	Administração	Auxiliar em Administração	Secretária da Coordenação de Curso
Alan Pereira dos Santos	Administração	Auxiliar em Administração	Interação Empresa-Escola
Murilo Vilela de Oliveira	Gestão Pública	Técnico Administrativo em Audiovisual	Recursos Didáticos
Bruno de Assis Fernandes	Tecnólogo e Redes de Comunicação	Técnico de Laboratório de Informática	Departamento de Tecnologia da Informação
Rodrigo Martins de Abreu	Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Técnico de Tecnologia da Informação	Departamento de Tecnologia da Informação

11. CERTIFICAÇÃO

Será concedido, pelo Instituto Federal de Goiás, o Certificado de Técnico em Secretaria Escolar ao/a aluno/a que concluir todas as atividades previstas na matriz curricular do Curso, inclusive o Estágio Curricular Supervisionado e as Atividades Complementares, alcançar aprovação em todas os componentes curriculares e obter, pelo menos, 75% de frequência no conjunto de atividades desenvolvidas ao longo do curso.

A certificação do Ensino Médio não será dissociada da conclusão do curso técnico e a obtenção do certificado de técnico de nível médio será feita mediante a integralização de todas as atividades exigidas na matriz curricular.

De acordo com o artigo 57 da Resolução CONSUP/IFG nº 008 de 2017, o IFG prevê a Certificação Intermediária com Terminalidade Específica, assegurada àqueles estudantes

que não atingiram o nível exigido para a certificação do Ensino Técnico, em virtude de suas deficiências. Tal certificação deverá vir acompanhada com histórico escolar apresentando, de forma descritiva, as competências desenvolvidas pelo estudante. Dessa forma, a terminalidade específica configura-se como um direito e uma possibilidade de inserção destas pessoas no mundo do trabalho, com vistas à sua autonomia e à sua inserção produtiva e cidadã na vida em sociedade.

12. ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA E ÊXITO

O IFG possui importante Política de Assistência Estudantil, instaurada pela Resolução n.º 008/2016, com o objetivo de viabilizar a sua permanência em sala de aula e contribuir para a melhoria do seu desempenho acadêmico. É oferecido apoio material aos estudantes em situação de vulnerabilidade e risco social, por meio de bolsas de demanda social, além de serem desenvolvidas ações de apoio social e psicológico.

A CAPD é responsável pelo acompanhamento, apoio e orientação pedagógica visando garantir as condições necessárias ao bom desempenho acadêmico dos discentes. Compete a ela:

- Realizar o acompanhamento pedagógico e psicológico (individual e das turmas);
- Identificar dificuldades de aprendizagem e propor intervenções pedagógicas;
- Prestar atendimento aos discentes e familiares;
- Organizar ações de recepção dos ingressantes e integração entre as turmas;
- Mediar situações cotidianas e conflitos entre discentes e docentes;

A Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), por meio do Departamento de Ações Sociais (DAS), entendendo que o público da EJA é constituído de discentes com situação de vulnerabilidade social, concede o auxílio permanência aos mesmos com matrícula e frequência regulares. Além deste auxílio automático, o discente pode pleitear outros auxílios por meio de inscrição nos editais de processo seletivo para o Programa de Auxílio Financeiro Estudantil. A seleção é realizada por meio da análise socioeconômica dos interessados. Esse Programa oferece as seguintes modalidades de auxílio:

- Programa alimentação – destinado aos discentes que necessitem de auxílio financeiro para alimentar-se durante a sua permanência no IFG, com pagamentos mensais;
- Programa transporte – destinado aos discentes que necessitem de auxílio financeiro para viabilizar o deslocamento da sua residência para o IFG, com pagamentos mensais;

- Programa para apoio didático-pedagógico – destinado aos discentes que necessitem de auxílio financeiro para a aquisição de material didático, dentre outras necessidades de apoio didático-pedagógico;
- Programa filho com deficiência - destinado aos discentes com matrícula e frequência regular que possuem filhos com algum tipo de deficiência que necessitam de cuidados especiais e que se encontram em situação de vulnerabilidade social;
- Programa apoio psicossocial – destinado ao acompanhamento psicológico e social do discente proporcionando incentivo à melhoria do desempenho escolar que prevê o atendimento ao estudante por uma equipe multiprofissional;
- Programa auxílio-moradia - destinado aos discentes que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com matrícula e frequência regular, oriundos de outros municípios, estados ou regiões fora da localização do Câmpus, que não residam com a família e nem possuam imóveis na zona urbana, na garantia de manutenção de moradia no município onde estuda.

A recepção dos novos discentes dos cursos técnicos integrados e superiores da instituição, conhecida como Semana da Calourada, é o resultado de uma parceria entre coordenações de cursos e entidades estudantis do Câmpus. Essa semana constitui uma forma de acolhimento, com objetivo principal de integrar os discentes dos cursos e dar as boas-vindas aos discentes ingressantes, na interface entre vivência acadêmica, formação profissional e construção da cidadania.

Dispomos também do NAPNE, que tem por finalidade promover a cultura da educação para a convivência e aceitação da diversidade, remover barreiras comunicacionais, educacionais e atitudinais na instituição, assim como minorar os efeitos das barreiras arquitetônicas, de forma a promover a inclusão da comunidade acadêmica com necessidades específicas. Consideram-se pessoas com necessidades específicas para fins deste documento aquelas que possuem impedimento de longo prazo de natureza física, sensorial, psicossocial; altas habilidades/superdotação e/ou transtornos globais do desenvolvimento que influenciam no processo de ensino e aprendizagem.

O NAPNE nos Câmpus tem como atribuições:

- Identificar os discentes com necessidades específicas no Câmpus e informar a CAPD, a CAE, o corpo docente, a Coordenação de Curso, o DAA e a Direção-Geral;
- Realizar avaliações sobre as necessidades específicas dos discentes;
- Criar e manter atualizados os cadastros das pessoas com deficiência e/ou necessidades específicas;

- Orientar os estudantes com necessidades específicas, bem como seus familiares, quanto aos seus direitos e deveres;
- Colaborar e desenvolver ações que removam barreiras pedagógicas, comunicacionais e atitudinais e promover práticas inclusivas em âmbito institucional, assim como minorar os efeitos das barreiras arquitetônicas.
- Promover ações de sensibilização e esclarecimento da comunidade acadêmica quanto às características das diversas deficiências;
- Assessorar o Centro de Seleção no sentido de garantir as adaptações necessárias para os candidatos com necessidades específicas que realizarão os exames de seleção para os cursos do IFG;
- Articular parcerias e convênios com instituições para troca de informações, experiências e tecnologias na área inclusiva, possibilitando o Atendimento Educacional Especializado (AEE) para os (as) estudantes regularmente matriculados (as) no IFG;
- Acompanhar o desempenho acadêmico dos estudantes com deficiência e/ou necessidades específicas propondo ações que visem melhor qualidade de ensino, juntamente com outros setores da instituição.

A Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) instituiu o Programa Institucional de Monitoria voltado aos estudantes de cursos técnicos e superiores do IFG, conforme Resolução n.º 014/2014. O programa integra as ações de apoio às atividades acadêmicas e de estímulo à permanência do educando, constituindo-se em experiência formativa vivenciada pelo discente, por meio do acompanhamento do docente responsável pelas respectivas disciplinas. O programa de monitoria aplica-se ao acompanhamento das disciplinas que compõem a matriz curricular dos cursos técnicos e de graduação presenciais ofertados pela Instituição. O programa de monitoria do IFG tem por finalidades:

- Fortalecer as ações institucionais no ensino;
- Promover a integração entre docentes e discentes por meio do acompanhamento de estudos;
- Contribuir para a permanência e o êxito acadêmico de estudantes da educação técnica e superior no âmbito dos cursos técnicos e de graduação ofertados pelos Câmpus do IFG;
- Proporcionar a ampliação do vínculo do discente com a Instituição por meio do acúmulo de experiências com as atividades educativas nas diferentes áreas de conhecimento;
- Contribuir para a construção da autonomia de aprendizagem entre os discentes.

São objetivos do programa de monitoria:

- Desenvolver estratégias de estudos com ênfase na construção coletiva de aprendizagens entre os discentes;
- Propiciar o convívio do discente com o corpo docente pelo acompanhamento das atividades de planejamento e desenvolvimento do ensino, inerentes às disciplinas;
- Prestar apoio e orientação de estudos ao estudante, prioritariamente àquele que apresente maior grau de dificuldade no aprendizado de unidades curriculares e/ou conteúdos;
- Criar condições de aprofundamento teórico e de articulação da teoria com a prática por meio das atividades de orientação de estudos;
- Contribuir para o desenvolvimento de hábitos de estudos e para fomentar o método investigativo como princípio da aprendizagem.

A Coordenadoria de Relações Internacionais (CRI) é um órgão subordinado à Diretoria Executiva e tem por objetivo promover o desenvolvimento de relações internacionais no IFG. É organizada para assessorar o Instituto na realização das atividades de cooperação internacional. Compete à CRI:

- Propor, induzir e viabilizar ações para o desenvolvimento da política institucional de cooperação internacional, promovendo o intercâmbio com outros países na perspectiva da inclusão social, do desenvolvimento do ensino, da pesquisa e inovação de interesse público e do fortalecimento do caráter público e gratuito do IFG;
- Promover atividades de cooperação internacional, com vistas a possibilitar a participação democrática de discentes, docentes e técnicos-administrativos do IFG;
- Orientar, acompanhar e apoiar os estudantes e servidores na elaboração de projetos de intercâmbio, na organização da documentação necessária e nas demais providências antes e durante a realização do intercâmbio;
- Coordenar os processos de admissão, acompanhar, orientar e apoiar os estudantes estrangeiros no IFG;
- Acompanhar e prestar assistência aos participantes e às delegações estrangeiras que se encontrarem desenvolvendo atividades em cooperação com o IFG, no Brasil.

Outra forma de apoio ao estudante são as bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica para estudantes do IFG.

13. ESTRATÉGIAS DE ACESSIBILIDADE

Com relação à acessibilidade e integração social, destaca-se o acesso de discentes com necessidades educacionais específicas aos benefícios conferidos aos demais educandos,

inclusive utilização dos espaços e bolsas de estudo, conforme a Lei n.º 7.853, de 24 de outubro de 1989.

Para garantir o cumprimento da acessibilidade contamos também com:

- A indicação, quando for o caso, de acompanhamento por intérpretes de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais);
- Debate sobre possíveis melhorias na acessibilidade metodológica que ocorrem semestralmente na semana de planejamento, com auxílio de profissionais capacitados sugeridos pela Coordenação de Apoio Estudantil (CAE) e pelo Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE);
- Valorizar a criação de projetos que fomentem a pesquisa sobre acessibilidade de pessoas com necessidades específicas.

Dessa forma, criam-se condições para que o discente possa permanecer na instituição de ensino e aprender conforme suas possibilidades, promovendo uma maior igualdade de oportunidades aos discentes com necessidades educacionais específicas de necessidades específicas. Isso assegura o pleno exercício dos seus direitos individuais e sociais, conforme o art. 3º das Diretrizes Curriculares para a Educação em Direitos Humanos, Resolução CNE/CP n.º 01, de 30 de maio de 2012.

A constatação de alguma necessidade específica por parte do docente ou da Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente (CAPD) deve ser encaminhada à coordenação de curso. O colegiado de curso definirá, juntamente com a CAPD e com o NAPNE, as estratégias a serem implementadas em sala de aula que facilitem a aprendizagem por parte do discente.

É importante ressaltar que o NAPNE é um órgão consultivo e executivo e responde pelas ações de acompanhamento às pessoas com necessidades educacionais específicas. Esse Núcleo possui composição multidisciplinar, e é formado por pedagogos, assistentes sociais, psicólogos, intérpretes de LIBRAS, revisor de texto braile, docentes e técnicos-administrativos. Além disso, o NAPNE tem por finalidade promover a cultura da educação para a convivência e aceitação da diversidade, remover barreiras arquitetônicas, comunicacionais, educacionais e atitudinais na instituição, de forma a promover a inclusão da comunidade acadêmica com necessidades específicas.

A acessibilidade e integração social dos discentes é composta por diversas ações, destacando-se a garantia de acesso de pessoas com necessidades específicas aos benefícios e direitos conferidos a toda comunidade acadêmica, utilização dos espaços e bolsas de estudo, conforme a Lei n.º 7.853, de 24 de outubro de 1989. As tecnologias assistivas, os recursos

alternativos e os materiais de apoio pedagógico são interpretados como instrumentos facilitadores da aprendizagem e como estratégias fundamentais de acesso ao currículo e aplicados de modo amplo. Desta forma, abrangemos a acessibilidade em quatro dimensões: arquitetônica, atitudinal, comunicacional e pedagógica, construindo assim, um ambiente que garanta a acessibilidade plena, e que possibilite acesso e permanência.

O Instituto Federal de Goiás possui um projeto arquitetônico que contempla a garantia de acesso e locomoção às pessoas com necessidades específicas e mobilidade reduzida, compreendendo as normatizações e exigências dos instrumentos regulatórios que garantam mobilidade e acessibilidade. O Câmpus Anápolis conta com rampas de acesso, banheiros adaptados, espaços reservados no teatro, estacionamentos e nos demais locais de acesso público. A acessibilidade atitudinal está inserida nas ações de ensino, pesquisa e extensão do Instituto Federal de Goiás, contemplando a construção de valores e práticas em acordo com a perspectiva de formação unilateral da instituição. Dentre estas ações tem destaque a consolidação de posturas, condutas e comportamentos éticos que garantam respeito, empatia e compreensão dos direitos e garantias de pessoas com necessidades específicas. Dessa forma, aponta-se a dimensão pedagógica e formativa trabalhada na instituição, construindo umas práxis que transforma posicionamentos e caminha para a consolidar um ambiente voltado para o respeito às diferenças e compreensão da diversidade como elemento fundamental para construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Considerando a necessidade de interação com os alunos e ultrapassar as barreiras comunicacionais, o IFG permite a implantação de recursos de informática acessíveis e possibilidades de acessibilidade à comunicação. Assim, a instituição deverá manter sala de apoio equipada como máquina de datilografia braile, impressora braile acoplada ao computador, sistema de síntese de voz, gravador e fotocopiadora que amplie textos, software de ampliação de tela, equipamento para ampliação de textos, lupas, régua de leitura, scanner acoplado ao computador para atendimento ao aluno com visão subnormal, conforme Lei nº 4.169/1962 e Portaria MEC nº 3.284/2003. Ainda, o IFG garante a impressão de material didático digital de imediato, caso haja necessidade. A utilização de linguagens e códigos aplicáveis, como o Sistema Braille e a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), também deve ser assegurada aos estudantes que apresentem dificuldades de comunicação e sinalização, sendo que a Instituição realiza o compromisso de formar e disponibilizar professores para atendimento educacional especializado bem como intérpretes da Libras e profissionais que permeiam o atendimento necessário (Lei nº 4.169/1962; Portaria MEC nº 3.284/2003; Lei nº 10.346/2002, Decreto nº 5.626/2005 e Lei nº 12.319/2012).

A educação de discentes com necessidades específicas se concretiza por meio de ações que promovam o acesso, a participação e a permanência desse aluno no curso. Dessa forma, o IFG promove ações de acessibilidade e permanência para todos que ingressam. Com esse intuito a nossa instituição vem implementando ações que contribuem com a acessibilidade pedagógica para discentes com necessidades específicas, com objetivo de eliminar o máximo de barreiras possíveis nas metodologias de ensino-aprendizagem e nas técnicas de estudo. Para isso, estudos sobre melhorias nas acessibilidades das metodologias de ensino-aprendizagem e avaliativas ocorrem semestralmente na Semana de Planejamento, com auxílio de profissionais capacitados sugeridos pela Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente (CAPD) e pela Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) (conforme Decreto 5.296/2004).

Além disso, a instituição incentiva a criação de projetos que fomentem a pesquisa sobre a inclusão de discente com necessidades específicas. Outra ação fundamental da instituição e do curso é no que se refere às mudanças na temporalidade, nos objetivos e nos critérios de avaliação. A metodologia de ensino do curso considera que o discente com necessidade específica pode alcançar as projeções estabelecidas para o grupo, requerendo para isso um período diferenciado dos demais. Como princípio norteador dessa proposta temos a avaliação como processo compartilhado (que envolve discentes, docentes, gestores e comunidade acadêmica), contribuindo para o aprimoramento das ações institucionais em defesa as diversidades, observando o disposto na Lei 13.146 de 2015.

Assim, ocorrendo a constatação de alguma necessidade específica por parte do docente ou da Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente (CAPD) deve ser encaminhada à Coordenação de Curso. O colegiado de curso definirá, juntamente com a CAPD e com o NAPNE, as estratégias a serem implementadas em sala de aula que facilitarão na metodologia de ensino aprendizagem, bem como, ações para sanar preconceitos e discriminação. O NAPNE é um órgão consultivo e executivo e responde pelas ações de acompanhamento às pessoas com necessidades educacionais específicas.

Esse Núcleo possui composição multidisciplinar, e é formado por pedagogos, assistentes sociais, psicólogos, intérpretes de LIBRAS, revisor de texto braille, docentes e técnicos-administrativos. Além disso, o NAPNE tem por finalidade promover a cultura da educação para a convivência e aceitação da diversidade, remover barreiras arquitetônicas, comunicacionais, educacionais e atitudinais na instituição, de forma a promover a inclusão da comunidade acadêmica com necessidades específicas.

Dessa forma, criam-se condições para que o discente possa permanecer na instituição de ensino e aprender conforme suas possibilidades, favorecendo a autonomia pessoal, total ou assistida (conforme Decreto 5.296/2004) e promovendo uma maior igualdade de oportunidades aos discentes com necessidades específicas. Isso assegura o pleno exercício dos seus direitos individuais e sociais, conforme o art. 3º das Diretrizes Curriculares para a Educação em Direitos Humanos, Resolução CNE/CP n.º 01, de 30 de maio de 2012. 33 Além disso, devemos assegurar a proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista conforme Lei nº 12.764/2012 regulamentada pelo Decreto nº 8.368/2014, assegurando acompanhante especializado no contexto escolar caso seja comprovada a necessidade de apoio às atividades de comunicação, interação social, locomoção, alimentação e cuidados pessoais.

14. AVALIAÇÃO DO CURSO

Na busca pela qualidade do curso, entende-se como necessária a implantação de um processo que conjugue a tomada de decisões com os instrumentos pertinentes de avaliação da instituição e do curso por meio da CPA, que é uma comissão permanente que conduz os processos internos de avaliação do IFG e de seus cursos superiores. Dada a especificidade multicampi, o IFG disponibiliza uma subcomissão para cada Câmpus que são coordenadas e supervisionadas pela CPA geral, disponibilizando relatórios parciais e finais a cada período proposto de avaliação.

14.1 AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO

Compreendemos a autoavaliação como um processo responsável por um olhar interno para as próprias estruturas e atividades desenvolvidos no curso. Esse processo é voltada para a construção coletiva de evidências que contribuam para o aperfeiçoamento do curso e de seu futuro na instituição, analisando, refletindo, corrigindo o que for necessário para o pleno andamento do processo de ensino-aprendizagem. As principais dimensões contempladas na Autoavaliação são: organização e gestão do curso, infra-estrutura física, Biblioteca, recursos de informação e comunicação, planejamento e execução das atividades de ensino-aprendizagem, políticas de atendimento a estudantes e egressos.

Dentre os principais objetivos da autoavaliação, podemos citar:

- Colocar em questão os sentidos do conjunto de atividades e finalidades cumpridas pelo curso;

- Identificar as causas dos seus problemas e deficiências;
- Aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo;
- Fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais;
- Tornar mais efetiva a vinculação da instituição com a comunidade;
- Julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e produtos além de prestar contas à sociedade;
- Produzir conhecimentos.

A autoavaliação do curso será feita por meio:

a) Do colegiado do Departamento das Áreas Acadêmicas, que tem como atribuição: propor e aprovar, no âmbito do departamento, projetos de reestruturação, adequação e realocação de ambientes do departamento, a ser submetido à Direção Geral do campus, bem como emitir parecer sobre projetos de mesma natureza propostos pela Direção-Geral;

b) Do Conselho Departamental, que tem como atribuições: aprovar os projetos e atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do departamento; julgar questões de ordem pedagógica, didática, administrativa e disciplinar no âmbito do departamento;

c) Da avaliação dos/as professores/as do curso pelos/as discentes, autoavaliação do/a professor/a, avaliação do/a coordenador/a de curso pelos/as professores/as, avaliação dos/as professores/as pelo/a coordenador/a de curso, conduzidas pela Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD);

d) Do envolvimento prévio da Comissão Própria de Avaliação (CPA) e da Subcomissão Própria de Avaliação na organização do processo de avaliação dos cursos;

e) Dos instrumentos de avaliação contínua e diagnóstica elaborados pela Coordenação e Colegiado do Curso, por meio dos quais serão propostas as medidas necessárias à solução de problemas e superação de dificuldades que surjam ao longo do processo de desenvolvimento do curso, tanto no que diz respeito à vida acadêmica dos/as estudantes quanto ao que compete ao desempenho do/a professores/as e sua relação com o corpo discente. Tal avaliação será efetivada anualmente, por meio de questionários aplicados a estudantes e docentes do curso, com posterior apresentação de resultados em reuniões ampliadas (agendadas periodicamente). Além disso, para acompanhamento e avaliação do processo formativo, o curso ainda conta com:

a) Site Oficial do IFG, com página do Câmpus Anápolis que oferece informações sobre o curso de Ensino Médio Integrado – modalidade EJA Secretaria Escolar.

b) Sistema Eletrônico Oficial (Sistema Q-Acadêmico): Trata-se de um ambiente de Tecnologia da Informação e Comunicação para registro de notas e frequências dos estudantes e disponibilização de Plano de Ensino resumido;

c) Serviço de Atendimento Individual, com disponibilização de horários pelos docentes para apoio extraclasse aos discentes;

d) Serviço de Apoio Pedagógico ao Discente, oferecido por pedagogos(as) na Coordenação de Apoio Pedagógico ao Discente;

e) Serviços de apoio psicossocial oferecidos por psicólogos, assistente social, na Coordenação de Assistência Estudantil;

f) Conselho de Representantes de Turmas, com participação de representantes de estudantes no Conselho Departamental e no Conselho de Câmpus-CONCAMPUS.

i) Núcleos de Pesquisa e desenvolvimento de Projetos de Iniciação Científica, com concessão de bolsas para estudantes;

j) Semana de curso de Secretaria Escolar: evento anual com envolvimento de discentes, docentes e convidados da comunidade externa.

k) Projetos de Ensino, com envolvimento de estudantes e professores, além do estímulo ao desenvolvimento de atividades multi/transdisciplinares.

l) Atividades de Monitoria em várias disciplinas, com concessão de bolsas para alunos-monitores;

Os resultados do processo de autoavaliação do curso serão tratados de forma quantitativa e qualitativa pela Coordenação e Colegiado do curso, de modo a produzir um diagnóstico que favoreça a adoção de ações diretas e coletivas para atacar os problemas e propor soluções viáveis. As soluções propostas serão sempre debatidas com estudantes e docentes do curso, bem como com a comunidade acadêmica do campus.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. SEED: Curitiba, 2006.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. **Lei nº 4.169 de dezembro de 1962** – Oficializa as convenções Braille para uso na escrita e leitura dos cegos e o Código de Contrações e Abreviaturas Braille. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/14169.htm>. Acesso em 15 agosto 2020.

_____. **Lei n.º 7.853 de 24 de outubro de 1989**. – Dispõe sobre o apoio às pessoas

portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm>. Acesso em 15 agosto 2020.

_____. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996** – institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 15 jul. 2018.

_____. **Lei nº 10.346 de 24 de abril de 2002** – Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm>. Acesso em 15 agosto 2020.

_____. **Lei 12014 de 06 de agosto de 2009** – Altera o art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112014.htm>. Acesso em 15 agosto 2020.

_____. **Lei nº 12.319 de 01 de setembro de 2010** – Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm>. Acesso em 15 agosto 2020.

_____. **Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012** – Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm>. Acesso em 15 agosto 2020.

_____. **Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015.** – Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em 15 agosto 2020.

_____. **Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004.** – Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm>. Acesso em 15 agosto 2020.

_____. **Decreto 5.296 de 02 de dezembro de 2004.** – Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm>. Acesso em 15 agosto 2020.

_____. **Decreto nº 5.478 de 24 de junho de 2005.** – Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5478.htm>. Acesso em 15 agosto 2020. (Anulado pelo decreto 5840/2006)

_____. Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamento o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1.

_____. **Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005**. – Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em 15 agosto 2020.

_____. Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5840.htm>. Acesso em 15 agosto 2020.

_____. **Decreto nº 8.368 de 2 de dezembro de 2014**. – Regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8368.htm>. Acesso em 15 agosto 2020.

_____. **Decreto 8752, de 9 de maio de 2016**. – Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8752.htm>. Acesso em 15 agosto 2020.

_____. **Parecer CNE/CEB nº 11/2000**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11_2000.pdf>. Acesso em 15 agosto 2020.

_____. **Parecer CNE/CEB Nº 14/2001**. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14440-pceb014-01&category_slug=outubro-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 13 de abril de 2020.

_____. **Portaria MEC nº 3.284 de 07 de novembro de 2003**. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>>. Acesso em 15 agosto 2020.

_____. **Instrução Normativa nº PROEN nº 04, de 25 de março de 2020**. Disponível em <http://ifg.edu.br/attachments/article/98/INSTRU%C3%87%C3%83O%204_2020%20-%20REI-PROEN_REITORIA_IFG.pdf>. Acesso em: 13 abril. 2020.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 1 de julho de 2000**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação e Jovens e Adultos. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>>. Acesso em 15 de agosto de 2020.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 02 de 11 de setembro de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em 15 de agosto de

2020.

_____. **Resolução CONSUP/IFG n.º 20 de 26 de dezembro de 2011.** Disponível em: <<https://www.ifg.edu.br/index.php/component/content/article?id=1574>>. Acesso em 15 de agosto de 2020.

_____. **Resolução CNE/CP n.º 01, de 30 de maio de 2012.** Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf>. Acesso em 15 de agosto de 2020.

_____. **Resolução CNE/CEB n.º 06 de 20 de setembro de 2012.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 15 de agosto de 2020.

_____. **Resolução n.º 014 de 02 de junho de 2014. Dispões sobre o regulamento do programa de monitoria de ensino do Instituto Federal de Goiás. Disponível em:** <<https://www.ifg.edu.br/attachments/article/209/resolucao142014.pdf>>. Acesso em 15 de agosto de 2020.

_____. **Resolução n.º 57, de 17 de novembro de 2014.** Dispões sobre o regulamento de estágio curricular dos cursos de educação profissional técnica de nível médio e do ensino superior do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Goiás. Disponível em: <<http://w2.ifg.edu.br/images/2015/GABINETE/resolucao57.pdf>>. Acesso em 15 de agosto de 2020.

_____. **Resolução CNE/CES n.º 2, de 2016.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior para Funcionários da Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=41081-rces002-16-pdf&category_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 15 de agosto de 2020.

_____. **Resolução CONSUP/IFG de n.º 008 de 30 de março de 2017.** Disponível em <https://www.ifg.edu.br/servidor/61-ifg/pro-reitorias/ensino/2485-regulamento-academico-dos-cursos-tecnico-integrados-ao-ensino-medio-na-modalidade-de-educacao-de-jovens-e-adultos>. Acesso em: 13 de abril de 2020.

_____. **Resolução CONSUP IFG n. 40, de 13 de dezembro de 2018. Disponível em:** <<https://www.ifg.edu.br/attachments/article/209/Resolu%C3%A7%C3%A3o%2040%202018.pdf>>. Acesso em 15 de agosto de 2020.

_____. PDI/IFG 2019/2023 Plano de Desenvolvimento Institucional. Disponível em: https://www.ifg.edu.br/attachments/article/5431/Minuta_pdi_2019_2023_181121.pdf. Acesso em: 13 de abril de 2020.

_____. **Por uma política de valorização dos trabalhadores em educação** – em cena, os funcionários de escola, Brasília: Ministério da Educação, 2004.

DEMO, P. Pesquisa: princípio científico e educativo. Campinas: Cortez Editora, 2006.

DOURADO, L. F. Valorização dos profissionais da educação: desafios para garantir conquistas da democracia. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 10, n. 18, p. 37-56, jan./jun. 2016.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 23 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

_____. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, G., CIAVATTA, M. Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado? **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, 1(1): 45-60, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v1n1/05.pdf>>. Acesso 15 jul. 2018.

HADDAD, S., DI PIERRO, M. C. Escolarização de jovens e adultos. **Rev. Bras. Educ.** [online]. 2000, n.14, pp.108-130. ISSN 1413-2478.

KUENZER, Acácia Zeneida (Org.). **Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.

_____. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 8ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

_____. **Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024**. Campinas, SP: Autores Associados, 2014.

VENTURA, Jaqueline Pereira. **Educação de jovens e adultos ou educação da classe trabalhadora?** Concepções em disputa na contemporaneidade brasileira. 2008. 302 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

ANEXOS

Anexo 1 - Componentes Curriculares

Disciplina: Matemática I

Objetivo Geral:

Desenvolver o numeramento dos estudantes do curso de Secretaria Escolar, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, numa perspectiva de propor o conhecimento matemático necessário para contribuir para a inclusão educacional e na formação profissional dos alunos e a possibilidade de discussão e participação no processo de elaboração e execução do projeto político-pedagógico no espaço escolar.

Ementa:

Desenvolver o numeramento (ler números; reconhecer os algarismos; escrever números; comparar números e realizar contagens) dos estudantes. Práticas com as operações matemáticas. Interpretação de problemas e organizações de ideias. Introduzir expressões algébricas dentro das operações. Sendo assim, os conteúdos programáticos são: 1. Operações com os números naturais: adição, subtração, multiplicação e divisão. Cálculo mental. Situações-problema; 2. Operações com números inteiros: introdução dos números negativos e sua aplicação em situações do dia-a-dia. Cálculo mental. Situações-problemas. 3. Operações com os números racionais: estudos dos números decimais e das frações e suas aplicações em situações do dia-a-dia. Cálculo mental. Situações-problemas. 4. Razão e Porcentagem: estudo da porcentagem como instrumento matemático importante utilizado em situações do dia-a-dia. Cálculo mental. Situações-problemas. 5. Proporções: estudo da regra de três e introdução às equações. Cálculo mental. Situações-problemas

Bibliografia básica:

- DANTE, Luiz Roberto. **Matemática** (Coleção do 1º ao 5º ano). São Paulo: Ática, 2013.
- _____. **Alfabetização Matemática** (Projeto Ápis – coleção do 1º ao 4º ano). São Paulo: Ática, 2012.
- IMENES, Luiz Márcio; LELLIS, Marcelo; MILANI, Estela. **Projeto Presente Matemática** (Coleção do 1º ao 5º ano). São Paulo: Editora Moderna, 2013.

Bibliografia complementar:

- Projeto Buriti. **Matemática**. (Coleção da Alfabetização ao 4º ano). São Paulo: Moderna, 2013.
- SMOLE, Kátia Cristina Stocco. **Saber matemática** (coleção do 1º ao 5º ano) / Kátia Cristina Stocco Smole, Maria Ignez de Souza Vieira Diniz, Vlademir Marim. – São Paulo: FTD, 2008.
- BARROSO, Juliani Matsubara. **Conexões com a Matemática**. Editora Moderna, 2010, São Paulo.
- IEZZI, Gelson. **Matemática: Ciência e Aplicação**. Editora Saraiva, 2010, São Paulo.
- SOUZA, Joanir Roberto de. **Matemática**. Editora FTD, 2010, São Paulo.
- DANTE, Luiz Roberto. **EJA- Educação de Jovens e Adultos – Matemática**. Editora Ática, 2007.

Disciplina: Matemática II

Objetivo Geral:

Desenvolver habilidades e competências para o estudo de funções para os estudantes do curso de Secretaria Escolar, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Numa perspectiva de propor o conhecimento matemático necessário para contribuir para a inclusão educacional e na formação profissional dos alunos e a possibilidade de discussão e participação no processo de elaboração e execução do projeto político-pedagógico no espaço escolar.

Ementa:

Estudo das relações entre variadas grandezas. Desenvolver a ideia de função, e consequentemente de gráficos presentes no cotidiano dos alunos, permitindo o estudo das relações de funções do primeiro grau por meio de problemas, possibilitando analisar e construir gráficos. Sendo assim, os conteúdos programáticos são: 1. Relações de dependências; 2. Estudo de gráficos presentes no cotidiano dos alunos; 3. Função do 1º grau: problemas, construção e análise de gráficos; 4. Função do 2º grau: problemas, construção e análise de gráficos; 5. Função exponencial: problemas e tendências.

Bibliografia básica:

DANTE, Luiz Roberto. **Matemática** (Coleção do 1º ao 5º ano). São Paulo: Ática, 2013.
_____. **Alfabetização Matemática** (Projeto Ápis – coleção do 1º ao 4º ano). São Paulo: Ática, 2012.
IMENES, Luiz Márcio; LELLIS, Marcelo; MILANI, Estela. **Projeto Presente Matemática** (Coleção do 1º ao 5º ano). São Paulo: Editora Moderna, 2013.

Bibliografia complementar:

Projeto Buriti. **Matemática**. (Coleção da Alfabetização ao 4º ano). São Paulo: Moderna, 2013.
SMOLE, Kátia Cristina Stocco. **Saber matemática** (coleção do 1º ao 5º ano) / Kátia Cristina Stocco Smole, Maria Ignez de Souza Vieira Diniz, Vlademir Marim. – São Paulo: FTD, 2008.
BARROSO, Juliani Matsubara. **Conexões com a Matemática**. Editora Moderna, 2010, São Paulo.
IEZZI, Gelson. **Matemática: Ciência e Aplicação**. Editora Saraiva, 2010, São Paulo.
SOUZA, Joanir Roberto de. **Matemática**. Editora FTD, 2010, São Paulo.
DANTE, Luiz Roberto. **EJA- Educação de Jovens e Adultos – Matemática**. Editora Ática, 2007.

Disciplina: Matemática III

Objetivo Geral:

Desenvolver habilidades e competências para o estudo de geometria para os estudantes do curso de Secretaria Escolar, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Numa perspectiva de propor o conhecimento matemático necessário para contribuir para a concepção de espaço para atuação profissional.

Ementa:

Reconhecer as formas geométricas (planas e espaciais). Compreender unidades de medida de comprimento, área e volume. Calcular perímetro e área de figuras planas. Calcular área de superfície e volumes de sólidos geométricos. Sendo assim, os conteúdos programáticos são: 1. Figuras Planas: perímetro e áreas; 2. Figuras espaciais: áreas e volumes.

Bibliografia básica:

- DANTE, Luiz Roberto. **Matemática** (Coleção do 1º ao 5º ano). São Paulo: Ática, 2013.
- _____. **Alfabetização Matemática** (Projeto Ápis – coleção do 1º ao 4º ano). São Paulo: Ática, 2012.
- IMENES, Luiz Márcio; LELLIS, Marcelo; MILANI, Estela. **Projeto Presente Matemática** (Coleção do 1º ao 5º ano). São Paulo: Editora Moderna, 2013.

Bibliografia complementar:

- Projeto Buriti. **Matemática**. (Coleção da Alfabetização ao 4º ano). São Paulo: Moderna, 2013.
- SMOLE, Kátia Cristina Stocco. **Saber matemática** (coleção do 1º ao 5º ano) / Kátia Cristina Stocco Smole, Maria Ignez de Souza Vieira Diniz, Vlademir Marim. – São Paulo: FTD, 2008.
- BARROSO, Juliani Matsubara. **Conexões com a Matemática**. Editora Moderna, 2010, São Paulo.
- IEZZI, Gelson. **Matemática: Ciência e Aplicação**. Editora Saraiva, 2010, São Paulo.
- SOUZA, Joanir Roberto de. **Matemática**. Editora FTD, 2010, São Paulo.
- DANTE, Luiz Roberto. **EJA- Educação de Jovens e Adultos – Matemática**. Editora Ática, 2007.

Disciplina: Matemática IV

Objetivo Geral:

Desenvolver habilidades e competências para o estudo de análise combinatória, principalmente utilizando principalmente o princípio fundamental de contagem, para os estudantes do curso de Secretaria Escolar, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Numa perspectiva de propor o conhecimento matemático necessário para contribuir para a concepção de contagem e agrupamento para atuação profissional.

Ementa:

Serão desenvolvidos os conceitos do Princípio Fundamental da Contagem (PFC); o Fatorial e a Análise Combinatória. Sendo assim, os conteúdos programáticos são: 1. Princípio fundamental de contagem; 2. Fatorial; Análise Combinatória: estudo dos agrupamentos de permutações, arranjos e combinações. Com o auxílio do PFC e a construção de fórmulas.

Bibliografia básica:

DANTE, Luiz Roberto. **Matemática** (Coleção do 1º ao 5º ano). São Paulo: Ática, 2013.
_____. **Alfabetização Matemática** (Projeto Ápis – Coleção do 1º ao 4º ano). São Paulo: Ática, 2012.
IMENES, Luiz Márcio; LELLIS, Marcelo; MILANI, Estela. **Projeto Presente Matemática** (Coleção do 1º ao 5º ano). São Paulo: Editora Moderna, 2013.

Bibliografia complementar:

Projeto Buriti. **Matemática**. (Coleção da Alfabetização ao 4º ano). São Paulo: Moderna, 2013.
SMOLE, Kátia Cristina Stocco. **Saber matemática** (coleção do 1º ao 5º ano) / Kátia Cristina Stocco Smole, Maria Ignez de Souza Vieira Diniz, Vlademir Marim. – São Paulo: FTD, 2008.
BARROSO, Juliani Matsubara. **Conexões com a Matemática**. Editora Moderna, 2010, São Paulo.
IEZZI, Gelson. **Matemática: Ciência e Aplicação**. Editora Saraiva, 2010, São Paulo.
SOUZA, Joanir Roberto de. **Matemática**. Editora FTD, 2010, São Paulo.

Disciplina: Física

Objetivo Geral:

O ensino da Física no curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Secretaria Escolar tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento cognitivo e social dos estudantes, permitindo que se apropriem dos conhecimentos físicos com ênfase nos aspectos conceituais, de forma a compreender a linguagem científica, minimizando o formalismo matemático e buscando aproximar os conceitos estudados em sala de aula com suas vivências cotidianas.

Ementa:

Estudo dos fenômenos naturais subdivididos em Medidas, Cinemática, Dinâmica, Estática, Hidrostática, Termologia, Óptica Geométrica, Ondulatória, Eletricidade e Magnetismo.

Bibliografia Básica:

HEWITT, Paul G. **Física conceitual**. 9 ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

MÁXIMO, A.; ALVARENGA, B.; GUIMARÃES, C. **Física: contexto & aplicações**, v. 1, 2 e 3, 2 ed. São Paulo: Editora Scipione, 2017.

SAMPAIO, J. L.; CALÇADA, C. S. **Universo da Física**, v. 1, 2 e 3, 2 ed. São Paulo: Atual Editora, 2005.

Bibliografia Complementar:

BONJORNO, J. R.; BONJORNO, R. A.; BONJORNO, V.; RAMOS, C. M. **Física Fundamental** - Novo, vol. único. São Paulo: Editora FTD S. A., 2004.

DOCA, R. H.; BISCOLOLA, G. J.; BOAS, N. V. **Tópicos de Física**: v. 1, 2 e 3. São Paulo: Saraiva, 2012.

GRUPO DE REELABORAÇÃO DO ENSINO DE FÍSICA. **Física**, v. 1 e 2. 7 ed. São Paulo: EDUSP, 2002.

TORRES, C. M.; NICOLAU, G. F.; PENTEADO, P. C.; SOARES, P. T. **Física, Ciência e Tecnologia**, v. 1, 2 e 3. São Paulo: Editora Moderna, 2010.

VALADARES, E. C. **Física mais que divertida**: inventos eletrizantes baseados em materiais reciclados e de baixo custo. 3. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.

Disciplina: Química

Objetivo Geral:

Pretende-se que os alunos possam ser capazes de compreender os conceitos e princípios de Química como: identificar, separar e representar substâncias químicas, distribuir os elétrons de forma a representar o estado fundamental dos elementos, entender a composição da tabela periódica, estabelecer ligações, perceber como as interações intermoleculares estão presente no dia-a-dia, nomear e escrever as diferentes funções inorgânicas e compreender a estequiometria das reações, preparar soluções e identificar reações químicas, caracterizar o elemento carbono, classificar as cadeias carbônicas, reconhecer e nomear os hidrocarbonetos, identificar as funções orgânicas e nomear, perceber como os hidrocarbonetos e as cetonas fazem parte do nosso dia-a-dia, reconhecendo suas aplicações.

Ementa:

Desenvolvimento da aprendizagem significativa de conceitos e princípios da química. Identificação de materiais, substâncias, separação, constituição e simbologia; modelos atômicos; elementos, íons, configuração eletrônica, Tabela Periódica, Ligações Iônicas e Covalentes, funções inorgânicas, soluções, termoquímica e introdução à química orgânica.

Bibliografia Básica:

- REIS, M. **Química Integral**. Volume Único. São Paulo: Editora FTP, 639p.
FELTRE, R. **Química Geral**. v. 1. 6ª edição. São Paulo: Moderna, 2004, 384p.
SILVA, M. A., VASCONCELOS, E. C. **EJA – Química**. Curitiba: Editora LT, 2018.

Bibliografia Complementar:

- TRINDADE, D. F.; OLIVEIRA, F. P. **Química Básica Experimental**. 1ª edição. São Paulo, Ícone Editora.
CARVALHO, G. C.; SOUZA, C. L. **Química de olho no mundo do trabalho**. 1ª edição. São Paulo, 2006, Scipione, 420p.
MASTERTON, W. L.; SLOWINSKI, E. J.; STANITSKI, C. L. **Princípios de química**. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1990.

ROZENBERG, I. M. **Química geral**. São Paulo: Edgard Blücher, 2002.

CANTO, E. L. PERUZZO, T. M. **Química na Abordagem do Cotidiano**. Editora Moderna. Volume 1, 2002.

Disciplina: Biologia

Objetivo Geral:

Conhecer as áreas de estudo da Biologia, elaborar conceitos e reconhecer as características gerais e diversidade dos seres vivos, bem como associar os conhecimentos adquiridos a temas da atualidade.

Ementa:

Estudos sobre Bioquímica, Citologia, Fisiologia Humana, Reprodução e Doenças Sexualmente Transmissíveis, Zoologia, Genética, Biotecnologia, Ecologia e Desequilíbrios Ambientais.

Bibliografia Básica:

AMABIS, J. M.; MARTHO, G. R. **Biologia**, v. 1., 3ª Ed. São Paulo: Moderna, 2013.

AMABIS, J. M.; MARTHO, G. R. **Biologia**, v. 2., 3ª Ed. São Paulo: Moderna, 2013.

AMABIS, J. M.; MARTHO, G. R. **Biologia**, v. 3., 3ª Ed. São Paulo: Moderna, 2013.

Bibliografia Complementar:

DE ROBERTIS, E. M. F.; HIB, J. **Bases da biologia celular e molecular**. 4ª ed. Rio de Janeiro:Ed. Guanabara Koogan, 2006. 389 p.

GRIFFITHS, A. J. F.; GELBART, W. M.; MILLER, J. H.; LEWONTIN, R. C. **Genética Moderna**. Guanabara Koogan. Rio de Janeiro, RJ. 2014. 589p.

LOPES, S., ROSSO, S. **Bio - Volume Único**. 3ª ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2013, 800p.

PINTO-COELHO, R. M. **Fundamentos em Ecologia**. Porto Alegre: Artmed, 2000. 453p.

TORTORA, G. J. **Corpo humano: fundamentos de anatomia e fisiologia**. 6ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. 619 p.

JUNQUEIRA, L. C. U.; CARNEIRO, J. **Biologia Celular e Molecular**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 2005, 355p.

Disciplina: Língua Portuguesa I

Objetivo Geral:

Possibilitar a compreensão e uso da Língua Portuguesa como língua materna, geradora de significação e integradora da organização do mundo e da própria identidade. A partir disso, recuperar, pelo estudo do texto literário, as formas instituídas de construção do imaginário coletivo, o patrimônio representativo da cultura e as classificações preservadas e divulgadas, no eixo temporal e espacial.

Ementa:

A língua portuguesa como processo de comunicação e de socialização. Expressão oral e escrita na modalidade culta e formal do português. Variações linguísticas. Modos de organização do discurso: descrição, narração e argumentação. Gêneros textuais: conto; biografia; relato de experiência. Análise linguística: classificação das palavras; estudos das classes de palavras; estudo dos processos de formação de palavras e de suas relações dentro do texto. Valor semântico das palavras. Introdução à Teoria Literária; as origens da Literatura portuguesa (as cantigas portuguesas) e brasileira (Quinhentismo). Arcadismo e Barroco: visão histórico-social e principais autores e obras.

Bibliografia Básica:

- BECHARA, E. **Gramática escolar da língua portuguesa**. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.
- CEREJA, W. R. **Português: linguagens**. v. 1, 2 e 3. São Paulo: Saraiva, 2010.
- INFANTE, U. **Curso de gramática aplicada aos textos**. 7. ed. São Paulo: Scipione, 2008.

Bibliografia Complementar:

- BARBOSA, S. A. M. **Redação: escrever é desvendar o mundo**. 8. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1978.
- BROOKSHAW, D. **Raça e cor na literatura brasileira**. Porto Alegre; Mercado Aberto, 1983.
- CEGALLA, D. P. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 46 ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.
- FARACO, C. A. **Português: Língua e cultura**. Curitiba: Base, 2003.
- NEVES, M. H. M. **Gramática de usos do português**. São Paulo: UNESP, 2000.

Disciplina: Língua Portuguesa II

Objetivo Geral:

Possibilitar a compreensão e uso da Língua Portuguesa como língua materna, geradora de significação e integradora da organização do mundo e da própria identidade. A partir disso, recuperar, pelo estudo do texto literário, as formas instituídas de construção do imaginário coletivo, o patrimônio representativo da cultura e as classificações preservadas e divulgadas, no eixo temporal e espacial.

Ementa:

Leitura e interpretação de texto: discussão de temas da atualidade, inclusive que abordam as questões étnico-raciais e de gênero. Modos de organização do discurso: descrição, narração, argumentação, exposição, injunção. Gêneros textuais: notícia, reportagem, charge, anúncio publicitário. Análise linguística: sintaxe do período simples, pontuação e colocação pronominal. Romantismo: visão histórico-social (Prosa e Poesia). A influência africana no desenvolvimento do Brasil no período histórico correspondente ao movimento romântico brasileiro. Realismo/ Naturalismo: visão histórico-social. Parnasianismo e Simbolismo no Brasil: visão histórico-social.

Bibliografia Básica:

BECHARA, E. **Gramática escolar da língua portuguesa**. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

CEREJA, W. R. **Português: linguagens**. v. 1, 2 e 3. São Paulo: Saraiva, 2010.

INFANTE, U. **Curso de gramática aplicada aos textos**. 7. ed. São Paulo: Scipione, 2008.

Bibliografia Complementar:

BARBOSA, S. A. M. **Redação: escrever é desvendar o mundo**. 8. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1978.

BROOKSHAW, D. **Raça e cor na literatura brasileira**. Porto Alegre; Mercado Aberto, 1983.

CEGALLA, D. P. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 46 ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

FARACO, C. A. **Português: Língua e cultura.** Curitiba: Base, 2003.

NEVES, M. H. M. **Gramática de usos do português.** São Paulo: UNESP, 2000.

Disciplina: Língua Portuguesa III

Objetivo Geral:

Possibilitar a compreensão e uso da Língua Portuguesa como língua materna, geradora de significação e integradora da organização do mundo e da própria identidade. A partir disso, recuperar, pelo estudo do texto literário, as formas instituídas de construção do imaginário coletivo, o patrimônio representativo da cultura e as classificações preservadas e divulgadas, no eixo temporal e espacial.

Ementa:

Leitura e interpretação de texto. Coesão e coerência textual. Modos de organização do discurso: estratégias de argumentação. Gêneros textuais: artigo de opinião; carta argumentativa. Análise linguística: construção de período composto por coordenação e uso de conjunções. Modernismo no Brasil: visão histórico-social. A prosa e a poesia das gerações modernistas literárias de 1922 e 1930.

Bibliografia básica:

BECHARA, E. **Gramática escolar da língua portuguesa.** 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

CEREJA, W. R. **Português: linguagens.** v. 1, 2 e 3. São Paulo: Saraiva, 2010.

INFANTE, U. **Curso de gramática aplicada aos textos.** 7. ed. São Paulo: Scipione, 2008.

Bibliografia complementar:

BARBOSA, S. A. M. **Redação: escrever é desvendar o mundo.** 8. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1978.

BROOKSHAW, D. **Raça e cor na literatura brasileira.** Porto Alegre; Mercado Aberto, 1983.

CEGALLA, D. P. **Novíssima gramática da língua portuguesa.** 46 ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

FARACO, C. A. **Português: Língua e cultura.** Curitiba: Base, 2003.

NEVES, M. H. M. **Gramática de usos do português**. São Paulo: UNESP, 2000.

Disciplina: Língua Portuguesa IV

Objetivo Geral:

Possibilitar a compreensão e uso da Língua Portuguesa como língua materna, geradora de significação e integradora da organização do mundo e da própria identidade. A partir disso, recuperar, pelo estudo do texto literário, as formas instituídas de construção do imaginário coletivo, o patrimônio representativo da cultura e as classificações preservadas e divulgadas, no eixo temporal e espacial.

Ementa:

Leitura e interpretação de texto. Coesão e coerência textual. Gêneros textuais: texto dissertativo-argumentativo. Análise linguística: construção de período composto por subordinação e regência. Modernismo no Brasil: visão histórico-social. A prosa e a poesia das gerações modernistas literárias de 1945 e literatura contemporânea. Literatura afro-brasileira.

Bibliografia Básica:

BECHARA, E. **Gramática escolar da língua portuguesa**. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

CEREJA, W. R. **Português: linguagens**. v. 1, 2 e 3. São Paulo: Saraiva, 2010.

INFANTE, U. **Curso de gramática aplicada aos textos**. 7. ed. São Paulo: Scipione, 2008.

Bibliografia Complementar:

BARBOSA, S. A. M. **Redação: escrever é desvendar o mundo**. 8. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1978.

BROOKSHAW, D. **Raça e cor na literatura brasileira**. Porto Alegre; Mercado Aberto, 1983.

CEGALLA, D. P. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 46 ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

FARACO, C. A. **Português: Língua e cultura**. Curitiba: Base, 2003.

NEVES, M. H. M. **Gramática de usos do português**. São Paulo: UNESP, 2000.

Disciplina: Artes

Objetivo Geral:

Compreender a arte como inerente ao ser e a sociedade, identificando os aspectos culturais que influenciaram a nossa cultura, despertando o questionamento e a investigação através da arte, oportunizando ao aluno o conhecimento e vivência do teatro como linguagem, promovendo a apreciação artística e processos criativos em teatro.

Ementa:

Análise dos conceitos de Arte e suas linguagens, cultura e seus desdobramentos, estudo sobre as matrizes culturais que influenciam o processo de formação da cultura brasileira, fundamentos, conceitos, funções, especificidades e características do Teatro, cultura teatral e integração entre fazer, compreender e apreciar teatro, estudo da linguagem teatral através de sua história e aplicação de jogos teatrais, leituras dramáticas e processos de improvisação.

Bibliografia Básica:

BOSI, A. **Reflexões sobre a Arte**. 7ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2000.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 7ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SANTOS, Maria das Graças Vieira Proença dos. **História da Arte**. 17ª ed. 3ª impressão. São Paulo: Ática, 2008.

STRICKLAND, Carol. **Arte Comentada**. São Paulo. Editora Ediouro, 1999, 3ª edição.

Bibliografia Complementar:

ARAÚJO, Inácio. **Cinema: o mundo em movimento**. São Paulo: Scipione, 1995.

BERTHOLD, Margot. **História Mundial do Teatro**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

BREGOLATO, Roseli Aparecida. **Cultura corporal da dança**. Livro do professor e do aluno. São Paulo: Ícone, 2000.

CAMINADA, Eliana. **História da Dança - Evolução Cultural**. Rio de Janeiro: Sprint, 1999.

CONDURU, Roberto. **Arte afro-brasileira**. Rio de Janeiro: C/ Arte, 2007.

GROUT, Donald J. e PALISCA, Claude V. **História da Música Ocidental**. Lisboa: Gradiva, 2007.

MAGALDI, Sábato. **Iniciação ao Teatro**. São Paulo. Editora Ática, 2002, 7ª edição.

MARTIN, Marcel. **A linguagem cinematográfica**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

OSTROWER, Fayga Perla. **Universos da Arte**. Rio de Janeiro: Campus, 1983.

ROUBINE, Jean-Jacques. **A Linguagem da Encenação Teatral - 1880-1980**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.

Disciplina: Educação Física

Objetivo Geral:

Promover a vivência e a reflexão acerca dos elementos da cultura corporal contemplando as suas inter-relações com as questões sociopolíticas, possibilitando uma melhor compreensão da sua realidade social.

Ementa:

Introdução e ampliação ao estudo da Educação Física por meio da vivência e reflexão crítica das práticas corporais e suas relações com o mundo do trabalho, saúde e o lazer.

Bibliografia básica:

OLIVEIRA, V. M. de. **O que é Educação Física?** Col. Primeiros Passos. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.

LOVISOLO, H. **Atividade Física, educação e saúde**. Rio de Janeiro: Sprint, 2000.

RAMOS, J. J. **Os exercícios físicos na história e na arte: do homem primitivo aos nossos dias**. São Paulo: Ibrasa, 1982.

Bibliografia complementar:

CARVALHO, Y. M. de. **O “mito” da Atividade Física e Saúde**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

STIGGER, M. P. **Esporte, Lazer e Estilos de Vida: um estudo etnográfico**. Campinas: Autores Associados, 2002.

MARCELLINO, N. C. (org). **Repertório de atividades de recreação e lazer**. Campinas/SP: Editora Papirus, 2002.

FEZ, L. **A saúde perfeita: crítica de uma nova utopia**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

VILLAÇA, N.; GOES, F; KOSOVSKI, E. (org.). **Que corpo é esse?** Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

AMBROSIO, M. P; AMBROSIO, M.V.B; VIDIGAL, J.M.S; FERNANDES, M.C. **Jogos e Brincadeiras, Atletismo e Ginástica.** Caderno Pedagógico 1. Governo de Minas Gerais.

SÃO PAULO, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Caderno do professor e caderno do aluno.** São Paulo, 2013.

Disciplina: Espanhol

Objetivo Geral:

Aproximação à língua/cultura espanhola e hispano-americana com vistas ao desenvolvimento das estratégias de leitura (skimming, scanning, predição etc) de textos verbais e não verbais, orais e escritos de diversos gêneros. Apresentação e ampliação de vocabulário geral e específico da área de abrangência do curso.

Ementa:

Introdução à prática de estratégias de leitura em língua espanhola, compreensão e interpretação de textos de caráter geral e relacionados à área de abrangência do curso. Vocabulário e estruturas básicas contextualizadas a partir dos textos e abordadas de forma funcional. Leitura como um processo interativo e comunicativo com ênfase nos aspectos discursivos do texto que contribuem para a compreensão/interpretação detalhada e crítica.

Bibliografia Básica:

COIMBRA, Ludmila, et al; **Cercanía joven:** español, 1º ano: ensino médio. 1ª ed. – São Paulo: Edições SM, 2013. – (Cercanías joven; 1).

FREITAS, Luciana Maria Almeida de; COSTA, Elzimar Goettenauer de Marins. **Sentidos en Lengua Española.** LIVRO 1, Editora Richmond, 1ª edição. São Paulo 2016.

OSMAN, Soraia; ELIAS, Neide; REIS, Priscila. **Enlaces, Español para Jóvenes Brasileños.** 1º Ano Ensino Médio. Ed. Macmillan, 2ª edição. São Paulo: 2013.

Bibliografia Complementar:

CAUZADO, Araceli. **Gramática esencial:** con el español que se habla hoy en España y en América Latina. Madrid, España: Ediciones SM, s/d.

GUTIÉRREZ, José A. P. **Cuantificadores**: enfoque contrastivo español-portugués. Brasília: Embajada de España. Consejería de Educación, 2004.

HERRERO, M^a Antonieta A. **Variiedades del español de América**: una lengua y diecinueve países. Brasília: Embajada de España. Consejería de Educación, 2004.

MENÓN, Lorena M. MELONE, Enrique L. **Temas de Espanhol**: teoria e sequências didáticas. São Paulo: Atual, 2009.

SEÑAS: **Diccionario para la enseñanza de la lengua española para brasileños**. São Paulo: Martins Fontes, 2006. 2^a edição.

VIUDEZ, F. C; DÍEZ, I. R.; FRANCO, C. S. **Compañeros 1**. São Paulo: SGEL, 2007.

Disciplina: Inglês

Objetivo Geral:

Desenvolver a capacidade de reconhecer e produzir em língua inglesa atividades de compreensão e produção oral e escrita. Ler e compreender textos literários e não-literários, tais como: poemas, charges, contos, fábulas, filmes, peças de teatro, músicas entre outros. Traduzir e associar termos em inglês e português. Discutir temas transversais e críticos como arte e cultura, ética e cidadania, sociedade, higiene e meio ambiente de modo transdisciplinar ao longo das aulas (por meio de filmes, músicas, figuras e tópicos de debate, ora em língua estrangeira ora em língua materna).

Ementa:

Introdução ao estudo da língua inglesa. Desenvolvimento da competência comunicativa de nível básico através da análise de estruturas linguísticas e funções elementares da comunicação em língua inglesa. Prática de expressão oral e escrita. Introdução às culturas de língua inglesa. Problematização de temas críticos que perpassam o campo social e político. Rearticulação de práticas linguísticas a respeito do que seja a língua inglesa e de sua relevância para o mundo contemporâneo.

Bibliografia Básica:

AUN, E. **English for all**. São Paulo: Saraiva, 2010.

AZAR, B. S.; HAGEN, S. A. **English grammar**: understanding and using. White Plains: Longman, 2003.

FERRARI, M.; RUBIN, S. G. **Inglês: de olho no mundo do trabalho**. São Paulo: Scipione, 2007.

Bibliografia Complementar:

CRAVEN, M. **Reading keys: introducing, developing and extending**. Oxford: Macmillan, 2003.

EASTWOOD, J. **Oxford practice grammar**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

GUÉRIOS, F.; CORTIANO, E.; RIGONI, F. **Keys**. São Paulo: Saraiva, 2006.

MARQUES, A. **Inglês**. São Paulo: Ática, 2005.

VINCE, M. **Essential language practice**. Oxford: Macmillan Heinemann, 2000.

Disciplina: História

Objetivo Geral:

Identificar e compreender o desenvolvimento sócio-econômico, político e cultural do homem desde a Pré- História até o início da Idade Contemporânea, focando a relevância da noção de processo histórico, a relação espaço/tempo e suas diversas abordagens históricas disponíveis sobre os temas, além de analisar as diferentes abordagens historiográficas sobre a formação da realidade brasileira, na perspectiva de questionar as transformações políticas, econômicas e sócio-culturais que ocorreram durante o período, caracterizando seu sentido e tendências para o mundo do trabalho no Brasil Colônia, Império e República.

Ementa:

Elementos fundamentais da História do Brasil, considerando seus três grandes períodos históricos: Colônia, Império e República. As contribuições dos indígenas, africanos e europeus para a formação do Brasil. Os mundos do trabalho, com destaque para a escravidão. O Brasil no contexto mundial.

Bibliografia básica:

ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.) **História da vida privada no Brasil**. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia de Bolso, 2019. V. 2.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Brasiliense, 1997.

MOTA, C. G.; LOPEZ, A. **História do Brasil**: uma interpretação. 5. ed. São Paulo: Editora 34, 2016.

SCHWARCZ, L. M. (Org.). **História da vida privada no Brasil**. Contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. V. 4.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. M. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SEVCENKO, N. (Org.). **História da vida privada no Brasil**. República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. V. 3.

SOUZA, L. De M. (Org.). **História da Vida Privada no Brasil**. Cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia de Bolso, 2018. V. 1.

Bibliografia Complementar:

AMADO, Janaína e FIGUEIREDO, L. Carlos. **No tempo das caravelas**. Goiânia: CEGRAF-UFG/ São Paulo: Contexto, 1992.

ANDERSON, Perry. **Passagens da Antiguidade ao Feudalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BATISTA NETO, J. **História da baixa Idade Média**. São Paulo: Ática, 1989.

BAUMER, F. **O pensamento europeu moderno**. Lisboa: Edições 70, 1990. v.1.

BLOCH, M. **A sociedade feudal**. Lisboa: Setenta, 1987.

BRAICK, Patrícia Ramos e MOTA, Myriam Becho. **História das Cavernas ao Terceiro Milênio**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 2010.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo – séculos XV-XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 1995. vols. I e II.

BRUM, Argemiro J. **O Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1990.

BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CARDOSO, C. F. S. **A cidade-estado antiga**. São Paulo: Ática, 1987.

CARDOSO, C. F. S. **O Egito antigo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CARDOSO, C. F. S. **Sete olhares sobre a antiguidade**. Brasília: UNB, 1994.

CARDOSO, C. F. S. **Sociedades do antigo oriente próximo**. São Paulo: Ática, 1988.

CARDOSO, C. F. S. **Trabalho compulsório na antiguidade**. Rio de Janeiro: Graal, 1974.

CARONE, Edgard. **O renascimento industrial no Brasil – 1880 – 1945**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1998.

DEL PRIORE, Mary & VENÂNCIO, Renato. **O livro de ouro da História do Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: Formação do patronato político brasileiro. Vol. 2, 14. ed. São Paulo: globo, 1999.

FILHO, Arnaldo Fazoli. **O período regencial**. 2. ed. São Paulo: Ática. 1994.

FRANCO JR, H. **A Idade Média**: nascimento do ocidente. São Paulo: Brasiliense, 1988.

FRANCO JR, H. **O feudalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

FRANCO JÚNIOR, Hilário e PAN CHACON, Paulo. **História Econômica Geral**. São Paulo: Atlas, 1989.

Disciplina: Geografia

Objetivo Geral:

Favorecer o processo de compreensão da representação do espaço a partir do estudo dos mapas, tabelas, gráficos e outros instrumentos de interpretação, discutindo o processo de produção diferencial do espaço a partir da instituição do capitalismo, os principais problemas ambientais contemporâneos (geopolítica das águas, aquecimento global, recursos energéticos etc.) e a formação e desenvolvimento histórico do território brasileiro, evidenciando as características centrais no processo de urbanização mundial e suas implicações na dinâmica social.

Ementa:

A Geografia e as formas de representação espacial. A contribuição da Geografia para compreensão da realidade/mundo. Geopolítica, capitalismo e a sociedade em rede. Apropriação da natureza pelo trabalho e a questão ambiental. Urbanização e dinâmica demográfica no Brasil e no mundo. A constituição do território brasileiro.

Bibliografia Básica:

CARVALHO, Marcos de. **O que é natureza?** São Paulo: Brasiliense, 2003 (Coleção primeiros passos, 243)

GUERRA, Antônio José Teixeira. SCOFFHAM, Stephen. SCORTEGAGNA, Adalberto. HASENACK, Heinrich. **Atlas geográfico mundial**: versão essencial com o Brasil em destaque. Editora fundamento, 2007.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Editora Edusp, 2012.

Bibliografia Complementar:

SANTOS, Douglas. **A reinvenção do espaço**. Diálogos em torno do significado de uma categoria. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

ROSS, J. L. S. **Geografia do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1999.

THÉRY, Hervé & MELLO, Neli Aparecida de. Atlas do Brasil. **Disparidades e Dinâmicas do Território**. 2. ed. São Paulo: Imprensa Oficial. 2008.

VESSANTINI, José William. **Sociedade e Espaço**: Geografia Geral e do Brasil. São Paulo: Ática: 2005.

Disciplina: Filosofia

Objetivo Geral:

Promover exercícios de pensamento filosóficos que contribuam para uma análise conceitual crítica e rigorosa dos principais temas da filosofia, sobretudo os vinculados à filosofia ética e política.

Ementa:

O que é filosofia: conceitos de Philia e Sophia. Principais autores da filosofia grega: Sócrates, Epicuro, Demócrito, Heráclito, dentre outros. A dimensão social e política do Homem. Justiça e democracia na Grécia Antiga. Questões fundamentais de existência humana. Iniciação ao pensamento ético e político

Bibliografia Básica:

ARANHA, Maria Lúcia Arruda. **Filosofando**: introdução à filosofia. São Paulo: Moderna, 2009. (4ª Ed. rev.).

CHAUI, Marilena, **Iniciação à filosofia**: ensino médio, volume único 2. ed. São Paulo: Ática, 2013.

COMTE-SPONVILLE. **Apresentação da filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MARCONDES, Danilo. **Textos Básicos de Filosofia**: dos pré-socráticos a Wittgenstein. 5ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

Bibliografia Complementar:

- ARANHA, Maria Lúcia Arruda. **Temas de filosofia**. São Paulo: Moderna, 2005. (3ª Ed. rev.).
- CHAUÍ, M. **Boas Vindas à Filosofia**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010. (Coleção Filosofia: o prazer do pensar/ dirigida por Marilena Chauí e Juvenal Savian Filho).
- _____. **Iniciação à filosofia**. São Paulo: Ática, 2011.
- COPI, Irving Marmer. **Introdução à lógica**. São Paulo: Mestre Jou, 1978;
- CORDI, Cassiano; et al. **Para filosofar**. São Paulo: Editora Scipione, 2007.
- CHEVALLIER, J-J. **As grandes obras políticas de Maquiavel a nossos dias**. Tradução de Lydia Christina. 5ª ed. Rio de Janeiro: Agir, 1986.
- EVSLIN, Bernard. **Heróis, deuses e monstros da Mitologia Grega**. 3ª ed. Tradução de Marcelo Mendes. São Paulo: Arxjovem, 2004.
- FEITOSA, C. Explicando a Filosofia com Arte. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- FEITOSA, E.; MIRANDA, F.; NEVES, W. **Filosofia: alguns dos seus caminhos no ocidente**. 1. ed. São Paulo: Baraúna, 2014.
- GAARDER, Jostein. **O mundo de Sofia: romance da história da filosofia**. Tradução de João A. Júnior. São Paulo Companhia das Letras.
- HAIGHT, M. **A Serpente e a Raposa: uma introdução à lógica**. São Paulo: Loyola, 1999.
- LAW, S. **Os Arquivos Filosóficos**. São Paulo: ed. WMF Martins Fontes, 2010.
- MAIA, Antonio. Do biopoder à governamentalidade: sobre a trajetória da genealogia do poder. In: **Currículo sem Fronteiras**, v.11, n.1, pp.54-71, Jan/Jun 2011.
- MARCONDES, Danilo. **Iniciação à história da Filosofia**. 12ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- MARCONDES, Danilo. **Textos Básicos de Linguagem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- MENDES, Ademir; et al. **Filosofia**. Curitiba: SEED-PR, 2006.
- MURCHO, Desidério. **A arte de pensar**. Vol. 1. Lisboa: Didactica Editora, 2012.
- PLATÃO. **A República**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1995.

Disciplina: Sociologia

Objetivo Geral:

Distinguir ciência e senso comum, compreender a Sociologia como ciência e suas especificidades, a realidade social como resultado concreto das relações sociais, os processos de socialização e a dinâmica indivíduo/sociedade, a questão da diversidade a partir do processo de socialização (desnaturalização dos costumes), a relação entre o trabalho e os processos de construção das desigualdades sociais, o papel dos movimentos sociais e das diferentes formas de participação política na construção da cidadania, apreender o papel da

educação na construção dos indivíduos e o papel das instituições sociais e das relações políticas na construção dos sujeitos, e debater as diversas concepções de Estado e os diferentes interesses relacionados.

Ementa:

A sociologia como ciência e as correntes e conceitos clássicos do pensamento sociológico; Cultura e diversidade social; Trabalho e desigualdades sociais; Estado, sistemas de governo, partidos políticos e cidadania.

Bibliografia Básica:

BRYN, Robert. **Sociologia**: sua bússola para um novo mundo. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

Bibliografia Complementar:

BAUMAN, Zygmunt. **Aprendendo a pensar com a sociologia**. São Paulo: Thomson, 2006.

DA MATTA, Roberto. **Relativizando**: uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

QUINTANEIRO, Tânia; GARDENIA, Márcia; BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira. **Um toque de clássicos**. Belo Horizonte: UFMG, 1997.

SILVA, Afrânio et. al. **Sociologia em Movimento**. 1ª ed. São Paulo: Moderna, 2013.

TOMAZI, Nelson Dácio. **Sociologia para o ensino médio**. São Paulo: Saraiva, 2010.

Disciplina: Informática Básica

Objetivo Geral:

Compreender os conceitos básicos de Informática, Hardware e Software, conhecer a história e evolução dos computadores, identificar os componentes básicos de um computador, meios de armazenamento, periféricos e os diferentes tipos de Software, apreender conhecimentos básicos de sistemas operacionais, aplicativos, utilizar aplicativos

básicos de produtividade em escritório, como processador de textos, planilha eletrônica e software para apresentação, conhecer os sistemas de numeração e as unidades de medida para representação das informações no computador e exploração dos recursos da rede Internet.

Ementa:

Aspectos introdutórios de sistemas computacionais, sistemas operacionais e internet. Editores de texto, planilha eletrônica e apresentação. Ambiente de rede Internet.

Bibliografia Básica:

MANZANO, José Augusto N. G. **BrOffice.org 2.0: Guia Prático de Aplicação**. São Paulo: Editora Erica, 2006.

NORTON, Peter. **Introdução à informática**. São Paulo: Editora Makron Books, 1997.

PACHECO, Gustavo Buzzati. **Introdução à Informática Básica com Software Livre**. São Paulo: Editora Erica, 2006.

Bibliografia Complementar:

GENNARI, Maria Cristina. **Minidicionário Saraiva de informática**. Editora Saraiva, 2003.

VELLOSO, Fernando de Castro. **Informática - conceitos básicos**. Editora Campus, 2000.

SILVA, Mario Gomes da. **Informática - Terminologia Básica**. Editora Erica, 2007.

CAPRON, H. L., JONSON, J. A. **Introdução à Informática**. 8. ed. São Paulo: Pearson, 2007.

SALES, M. B., MARIANI, A. C., ALVAREZ, A. M. **Informática para a terceira idade**. Rio de Janeiro: Ed. Ciência Moderna, 2009.

Disciplina: Desenvolvimento Pessoal e Profissional

Objetivo Geral:

Reflexão acerca do desenvolvimento e da elaboração do projeto de carreira do/a aluno/a no intuito de atuarem com ética, responsabilidade social e ambiental.

Ementa:

Conhecimentos relacionados ao novo contexto e suas implicações no planejamento de ações que ajudem o/a aluno/a na preparação e facilitem a construção do seu projeto de carreira.

Bibliografia Básica:

DIAS, Maria S. L. e SOARES, Dulce H.P. – **Planejamento de Carreira:** uma orientação para estudantes universitários, São Paulo, Vetor, 2009.

DUTRA, J. S. – **Administração de Carreiras** – Uma proposta para Repensar a Gestão de Pessoas, S. Paulo, Ed. Atlas, 1996.

MACEDO, Roberto. **Seu diploma, sua prancha:** Como escolher a profissão e surfar no mercado de trabalho / Roberto Macedo. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1998. 260 p., il. 1998.

Bibliografia Complementar:

BALASSIANO, M. e COSTA, I. S. A. **Gestão de Carreiras** – Dilemas e Perspectivas, São Paulo, Ed. Atlas, 2006.

GOLDSMITH, Marshall. **Coaching** – O Exercício da Liderança, São Paulo, Elsevier, 2003.

HILLMAN, James. **O Código do Ser** – Uma Busca do Caráter e da Vocação Pessoal, Rio de Janeiro, Objetiva, 2001.

NAJJAR, Eduardo Rienzo e PREDEBON, José. **Urgente** - O que você precisa saber sobre sua carreira, São Paulo, Negócio, 2006.

SHEIN, E. **Identidade Profissional.** São Paulo, Nobel, 1996.

Disciplina: Relações Interpessoais e Trabalho

Objetivo Geral:

Compreender o processo de desenvolvimento humano e o processo de desenvolvimento afetivo e cognitivo, analisando as relações e práticas pedagógicas na escola e reconhecendo a postura ética como condição de equilíbrio nas relações escolares.

Ementa:

A interação entre as pessoas e o trabalho. Personalidade: sistemas e mecanismos de defesa. Fenômenos grupais. Comunicação interpessoal. Motivação e trabalho. Liderança e Poder. A globalização e mudanças comportamentais. Ajustamento e produtividade frente aos processos de mudança de base tecnológica. Ética profissional. Dinâmica de grupo.

Bibliografia Básica:

AQUINO, J.A **Do cotidiano escolar: ensaios sobre a ética e seus avessos**. São Paulo: Summus, 2000.

BOCK, A.M.B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L.T. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. São Paulo: Saraiva, 1999.

COLL, C; PALACIOS, J., MARCHESI, A. **Desenvolvimento Psicológico e educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

Bibliografia Complementar:

DUARTE, N. **Educação escolar, teoria do cotidiano e a escola de Vigotski**. São Paulo: Autores Associados, 1996.

PIAGET, J. **Seis estudos de psicologia**. São Paulo: Forense, 2003.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WALLON, H. **Psicologia e educação da criança**. Lisboa: Estampa, 1975.

FONTANA, Roseli, CRUZ, Nazaré. **Psicologia e trabalho escolar**. São Paulo: Atual, 1998.

PATTO, M.H.S. (Org.). **Introdução à Psicologia Escolar**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

OLIVEIRA, M. K. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento - um processo sóciohistórico**. São Paulo: Scipione, 1993.

Disciplina: Atendimento ao Público

Objetivo Geral:

Propiciar ao aluno o conhecimento e a reflexão quanto a técnicas de comunicação e atendimento eficaz ao cliente.

Ementa:

Conceito de comunicação, informação e conhecimento. O papel da comunicação no mercado competitivo e na estratégia da organização. O processo de planejamento integrado entre a comunicação e o atendimento ao cliente. As técnicas de comunicação e atendimento eficaz ao cliente.

Bibliografia Básica:

HELLER, Robert. **Como se comunicar bem:** seu guia de estratégia pessoal. 3. ed. São Paulo: Publifolha, 2005. 72 p., il. color. (Sucesso profissional). ISBN 9788574020945.

JÚLIO, Carlos Alberto. **A magia dos grandes negociadores:** venda produtos, serviços, idéias e você mesmo com muito mais eficácia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 145 p., il.

NADIR, Sérgio. **Atendimento de sucesso.** São Paulo: Leap, 2010. GITOMER, Jeffrey. **A Bíblia de vendas.** Makron Books: São Paulo, 2011.

Bibliografia Complementar:

LAS CASAS, A. L. **Excelência em Atendimento ao Cliente.** MBOOKS: São Paulo, 2011.

TANI, Z. R. **Atendimento ao público.** Editora Érica: São Paulo, 2018.

HOLOVKO, B. I. **O Grande Desafio do Bom Atendimento:** face a face com clientes que reclamam. Editora RG, 2013.

COCKERELL, L., YAMAGAMI. C. **A Magia Do Atendimento:** as 39 regras essenciais para garantir serviços excepcionais. Saraiva Editora, 2013.

OLIVEIRA, M. Não atenda clientes, atenda pessoas. Editora Brasport, 2012.

Disciplina: Fundamentos da Educação

Objetivo Geral:

Promover uma introdução à análise e discussão do fenômeno educativo, considerando as relações entre educação e sociedade a partir de uma reflexão histórica, instrumentando o aluno para a compreensão de os processos educacionais a partir de seus fundamentos teóricos e epistemológicos. Para tanto, parte-se da contribuição de diferentes áreas do conhecimento - filosofia, psicologia, sociologia - é dedicado especial interesse à compreensão dos processos de constituição, organização e transmissão de conhecimentos e saberes, quer sejam eles mediados pelo processo de escolarização formal ou por outras diversas manifestações da cultura, numa perspectiva crítica, inclusiva e transformadora.

Ementa:

Fundamentos teóricos e epistemológicos do campo da educação. Homem: visões histórica, filosófica, sociológica e psicológica. A educação como processo social e cultural. A educação brasileira na experiência histórica do ocidente. Estado e Educação: ideologia,

cidadania e globalização. Valoração ética e política no contexto escolar inclusivo. Escola, linguagem, diversidade e subjetividade.

Bibliografia Básica:

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FONZAR, J. **Pequena história da educação brasileira**. Curitiba: Scientia et labor; Folha de Rosto, 1989.

RAMOS, Elisabeth Christmann; FRANKLIN, Karen (Orgs.). **Fundamentos da Educação: os diversos olhares do educar**. Curitiba: Juruá, 2010.

Bibliografia Complementar:

ARROYO, M. G. Educação e exclusão da cidadania. In BUFFA, E., ARROYO, M. & BRANDÃO, C. (Org.). **O educador: vida e morte**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Caderno 3. Homem, Pensamento e Cultura. In: **Profucionário** – Curso Técnico de Formação para os Funcionários da Educação, Rede Etec, 2012.

BOCK, A. M. B. & FURTADO, O. & TEIXEIRA, M. L. T. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

CORREIA, W. **Ética e cidadania: para que? para quem? Ensino em Re-vista**. Uberlândia: EDUFU, 10(1):27-46, jul.2001-jul.2002.

DUARTE, N. **Vigotski e o ‘aprender a aprender’**: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2004.

DURKHEIM, É. **Educação e sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1973.

FÁVERO, O (Org.). **A educação nas constituições brasileiras (1883-1988)**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GALLO, S. Filosofia, educação e cidadania. In PEIXOTO, A. J. **Filosofia, educação e cidadania** (Org.). 2. ed. Campinas: Alínea, 2004, p. 133-153.

GENTILI, P. Adeus à escola pública: a desordem neoliberal, a violência do mercado e o destino da educação das maiorias. In: GENTILI, P. (Org.) **Pedagogia da Exclusão**. Petropolis:Vozes, 2002.

MARSIGLIA, A. C. G. O tema da diversidade na perspectiva da pedagogia historico-crítica. In: MARSIGLIA, A. C. G.; BATISTA, H. L. (Orgs.) **Pedagogia histórico-crítica: desafios e perspectivas para uma educação transformadora**. Campinas: Autores Associados, 2012.

TARDIF, M. & RAYMOND, D. Saberes, tempo e aprendizagem do trabalho no magistério. **Educação & Sociedade**. Campinas, SP: CEDES, ano XXI, n. 73, dez. 2000.

Disciplina: Políticas, Gestão e Organização da Educação

Objetivo Geral:

Identificar a estrutura e organização do sistema educacional brasileiro, compreender a regulamentação do sistema educacional e da educação básica, os princípios da autonomia escolar e gestão democrática e a importância do regimento escolar na perspectiva da autonomia da escola, e conhecer a importância do Projeto Político Pedagógico na escola.

Ementa:

Conceito de Políticas Públicas. Estrutura e organização da educação a luz da LDB. Níveis e Modalidades de ensino. Constituição e atribuições da secretaria escolar. Princípios da autonomia escolar. Concepções de Gestão escolar. Gestão escolar democrática. Projeto Político Pedagógico. Regimento escolar: construção e significado na perspectiva da autonomia.

Bibliografia Básica:

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSHI, M. S. **Educação escolar**: política, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar**: introdução crítica. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira. **Gestão e Políticas da educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

Bibliografia Complementar

FÁVERO, Osmar. (org). **A educação nas constituintes brasileiras: 1823-1988**. 3. ed. São Paulo: Autores Associados, 2005

FONSECA, Marília; TOSCHI, Mirza, S.; OLIVEIRA, João Ferreira. (orgs.) **Escolas gerenciadas**: planos de desenvolvimento e projetos político-pedagógicos em debate. Goiânia: UFG, 2004.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do trabalho real**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1999.

MONLEVADE, João. **Educação pública no Brasil**: contos & descontos. Ceilândia, DF: Idea, 1997.

FERREIRA, Naura. S. C.; AGUIAR, Márcia A. S. (orgs). **Gestão da educação**: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Editora Cortez, 2000.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; ROSAR, Maria de Fátima Felix. **Política e gestão da educação**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2002.

Disciplina: Gestão de Documentos

Objetivo Geral:

Discutir os aspectos fundamentais referentes à produção e classificação de documentos escolares, considerando seu contexto social de produção e as demandas atuais dos estabelecimentos de ensino, em suas esferas estadual, municipal e federal. Trata-se, desta forma, de estabelecer o contato dos estudantes com as técnicas de elaboração de registros escolares e o gerenciamento eletrônico da informação, problematizando as atribuições do secretário escolar na produção, análise e arquivamento de documentos e registros.

Ementa:

Aspectos fundamentais referentes à elaboração e classificação de registros escolares, com destaque para a identificação dos tipos documentais e a compreensão do seu contexto de produção; Instrumentos básicos da gestão e organização de documentos; Gerenciamento eletrônico de documentos escolares; certificações: diplomas, certificados, boletins, atestados, declarações, históricos e transferências.

Bibliografia básica:

LIMA, A. O. **Manual de redação oficial**. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

RODRIGUES, B. E. T.; CÔRREA, L. F.; CARVALHO, S. D. de (Orgs.). **Escrituração Escolar**. Goiânia: SEE/GO, 2010.

RONDINELLI, R. C. **Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.

Bibliografia Complementar:

KOCH, I; ELIAS, V. M. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2006.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: MF Livros, 2008.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. **Manual de Secretaria Escolar do Sistema de Ensino do Distrito Federal**. Brasília: GDF/SEE/DF, 2002.

SOUSA, R. M. de. **Técnicas de Redação e Arquivo**. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

FERREIRA, Naura. S. C.; AGUIAR, Márcia A. S. (orgs). **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Editora Cortez, 2000.

Disciplina: Teorias da Administração

Objetivo Geral:

Compreender a escola como organização, considerando as contribuições das principais teorias administrativas como base para a sistematização do saber; administrar materiais, equipamentos e recursos didáticos no ambiente escolar, bem como os cuidados com a manutenção e conservação do patrimônio público.

Ementa:

Grupo, organização, administração, gestão. Principais teorias administrativas: fundamentos, conceitos e sua relação com a escola. Escola como organização. Conceitos da administração aplicados à gestão escolar: descentralização, autonomia, planejamento, etc. Planejamento escolar: diagnóstico, programação e avaliação Aquisição de materiais. Administração de materiais: almoxarife/depósito, registro de entrada e saída de materiais. Patrimônio: patrimônio público e patrimônio escolar, classificação de bens públicos. Gestão pedagógica de materiais.

Bibliografia Básica:

SOUZA, J. V. de. **Profucionário**: trabalho escolar e teorias administrativas. Módulo X. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica, Brasil, 2006.

FREITAS, O. C. R. **Administração de materiais**. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso. Rede e-Tec Brasil, 2013.

MARTINS, R. C. de R., AGUIAR, R. R. **Progestão**: como gerenciar o espaço físico e o patrimônio da escola? Módulo VII. Brasília: Consed, 2001.

Bibliografia Complementar:

CHIAVENATO, I. **Introdução a teoria Geral da Administração**. Rio de Janeiro: Campos/Elsevier, 2014.

CARAVANTES, G. et al. **Administração: teoria e processo**. São Paulo. Prentice Hall. 2005.

MARTINS, P. G. **Administração de materiais**. São Paulo: Saraiva, 2011.

PARO, V. H. **Administração escolar: introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2003.

POZO, H. **Administração de recursos materiais e patrimoniais: uma abordagem logística**. São Paulo: Atlas, 2010.

Disciplina: Inglês Instrumental

Objetivo Geral:

Desenvolver a habilidade de leitura em Língua Inglesa, compreendendo seu processo e o objetivo para o entendimento completo de textos acadêmicos, técnicos e científicos oriundos das mais diversas fontes, possibilitando a aplicação prática, reflexiva e efetiva junto a seu campo de atuação profissional.

Ementa:

Desenvolvimento da habilidade de compreensão escrita através da interpretação de textos acadêmicos e técnicos, a partir do conhecimento prévio do aluno em língua inglesa e de técnicas instrumentais, com a utilização do suporte da língua portuguesa. Problemática de textos oriundos de múltiplas mídias que fomentem a compreensão e a rearticulação de conceitos modernistas e coloniais de língua (inglesa), com ênfase na leitura, discussão e produção de textos técnicos específicos da área de conhecimento do curso.

Bibliografia Básica:

SOUZA, Adriana et al. **Leitura em língua inglesa: uma abordagem instrumental**. 2.ed. São Paulo: Disal, 2005

MICHAELIS. **Dicionário de Inglês: Inglês-Português, Português-Inglês**. Editora Melhoramentos.

MUNHOZ, Rosângela. **Inglês Instrumental: estratégias de leitura - módulo II**. São Paulo: Textonovo, 2004.

Bibliografia Complementar:

DIAS, Reinildes. **Reading critically in English**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

TOTIS, Verônica Pakrauskas. **Língua inglesa: leitura**. São Paulo: Cortez, 1991.

LIBERATO, Wilson Antônio. **De olho no vestibular: inglês: textos**. São Paulo: FTD, 1996.

MURPHY, Raymond. **Essential grammar in use: a self-study reference and practice book for elementary students of English**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

MALEY, Alan. **English for specific purposes**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

Disciplina: Estatística Aplicada à Educação

Objetivo Geral:

Utilizar métodos e técnicas estatísticas que possibilitem sumarizar, calcular e analisar informações com vistas à tomada de decisões, capacitando o aluno para o planejamento, coleta, apresentação e análise de dados e incentivando o uso da informática junto ao trabalho.

Ementa:

Estatística descritiva: Conceitos fundamentais. Fases do método estatístico. Tabelas de distribuição de frequências. Representações gráficas de tabelas de distribuição de frequências. Medidas de posição. Medidas de dispersão. Probabilidade. Construção de tabelas e gráficos utilizando uma das ferramentas tecnológicas: CalcLibreOffice ou CalcBrOffice ou Excel. Análise e interpretação das informações (dados e indicadores) de gráficos de linhas, de colunas, de barras, de colunas sobrepostas, de barras sobrepostas, de barras justapostas, de colunas justapostas e gráficos de setores.

Bibliografia Básica:

CRESPO, A. A. **Estatística fácil**. São Paulo: Saraiva, 2009.

SILVA, E. M., et. al. **Estatística para os cursos de Economia, Administração e Ciências Contábeis**. Volume I. São Paulo: Atlas, 1999.

SILVA, E. M. et al. **Pesquisa Operacional**. Atlas, 2009.

Bibliografia Complementar:

ANDRADE, E. L. de. **Introdução à pesquisa operacional: métodos e modelos para análise de decisões**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

LACHTERMACHER, G. **Pesquisa Operacional na tomada de decisões**. 4ª edição. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

MARTINS, G. de A. **Estatística Geral e Aplicada**. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 2006.

MORETIN, L. G. **Estatística Básica, Probabilidade e Inferência**. Volume Único. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

Disciplina: Contabilidade nas Escolas

Objetivo Geral:

Dominar os conceitos de contabilidade e de prática contábil, compreendendo os processos de finanças públicas, receita e tributação, classificação de despesas, balanços e orçamentos.

Ementa:

Noções básicas de contabilidade. Prática contábil. Contabilidade na escola. Finanças públicas. Receita e tributação. Classificação de despesas. Balanços. Orçamentos. Contabilidade da escola e da rede escolar.

Bibliografia Básica:

ANGÉLICO, João. **Contabilidade pública**. São Paulo: Atlas, 1995.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. In: **Diário Oficial da União**, Ano CXXXIV, n. 248, de 23.12.96, 1996.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade comercial**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 1976.

Bibliografia Complementar:

MATUS, Carlos. **Política, planejamento & governo**. 3 ed. Brasília: Ipea, 1997.

MONLEVADE, João. **Educação pública no Brasil: contos & de\$conto\$**. Ceilândia, DF: Idea, 1997.

SAVIANI, Dermeval. **A nova Lei da Educação: trajetória, limites e perspectivas**. 8. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2003. (Coleção educação contemporânea).

MARTINS, José do Prado. **Administração escolar: Uma abordagem crítica do processo administrativo em educação**. São Paulo: Atlas, 1999.

MATIAS PEREIRA, José. **Finanças públicas: A Política Orçamentária no Brasil**. São Paulo: Atlas, 1999.

Disciplina: Sistemas Escolares Informatizados

Objetivo Geral:

Compreender a relação entre tecnologias digitais, sistemas escolares informatizados e implicações na formação/atuação do Secretário(a) Escolar para o mundo do trabalho.

Ementa:

O que é tecnologia e informática. Relações entre tecnologia, educação e mundo do trabalho. Internet e acesso à tecnologia da informação no Brasil. Educação a Distância. Bibliotecas digitais. Laboratórios de informática e tecnologias digitais em instituições escolares. Portal oficial do Ministério da Educação (MEC) na internet: acesso, historicidade e programas. Programas e ações do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE) – pesquisas e formas de aquisição e prestação de contas informatizadas. Softwares: usos e caracterizações. Softwares livres e de propriedade na gestão das instituições escolares. Registros informatizados dos documentos escolares. Sistema Integrado de Gestão Educacional no Estado de Goiás (SIGE): conceito, caracterização e desenvolvimento.

Bibliografia Básica:

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a distância**. São Paulo: Autores Associados, 2009.

GOMEZ, Carlos Minayo (org.). **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador**. São Paulo: Cortez, 1987.

SANCHO, Juana Maria (org.). **Tecnologias para transformar a educação**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

Bibliografia Complementar:

ANDERI, Eliane Gonçalves Costa; TOSCHI, Mirza Seabra (Orgs.). **Inclusão digital e social: conhecimento e cidadania**. Anápolis: Editora UEG, 2016.

COSCARELLI, Carla Viana (Org.). **Novas tecnologias, novos textos, novas formas de pensar**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

DEMO, Pedro. **Formação permanente e tecnologias educacionais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Orgs.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO EM EDUCAÇÃO (FNDE). Disponível em <http://www.fnde.gov.br/>

PORTAL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Disponível em <https://www.mec.gov.br/>

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da.; CASSINO, João. Software Livre e Inclusão Digital. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2003.

SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO EDUCACIONAL (SIGE). Disponível em <https://www.techne.com.br/modulos.asp?id=174> .

Disciplina: Estágio Supervisionado

Objetivo Geral:

Garantir ao/à aluno/a a construção de conhecimentos em interação com a realidade educativa, preparando-o/a para o exercício profissional.

Ementa:

Funcionamento e organização do trabalho da secretaria escolar de uma instituição de ensino.

Bibliografia Básica:

BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas; GEBRAN; Raimunda Abou. **Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores**. Indianópolis, SP: Avercamp, 2006.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores: unidade, teoria e prática**. São Paulo: Cortez, 2012.

WEISZ, Telma; SANCHES, Ana. **O diálogo entre o ensino e a aprendizagem**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2002

Bibliografia Complementar:

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2013.

LUCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola**. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

FERREIRA, Naura S. Carapeto; AGUIAR, Márcia Ângela da S. (Org.). **Gestão Democrática da Educação: Atuais Tendências, Novos Desafios**. São Paulo: Cortez, 2011.

PICONEZ, Stela C. B. (coord.); FAZENDA, Ivani C. A. et al. **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. Campinas: Papyrus, 2011.

ROSA, Clóvis. **Gestão Estratégica Escolar**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012.

Disciplina: Mundo Digital

Objetivo Geral:

Contribuir com o/a aluno/a na inclusão digital e no aprofundamento de conteúdos da informática fundamentais às formações acadêmica e profissional.

Ementa:

Estudo dos conceitos básicos da informática.

Bibliografia Básica:

NORTON, P. **Introdução à informática**. São Paulo: Makron Books, 1997.

VELLOSO, F. C. **Informática: conceitos básicos**, 7.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

Bibliografia Complementar:

PACHECO, G. B. **Introdução à Informática Básica com Software Livre**. São Paulo: Érica, 2006.

GENNARI, M. C. **Minidicionário Saraiva Informática**, 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

SILVA, M. G. **Informática - Terminologia Básica**. São Paulo: Érica, 2008.